



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PLANO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO
2002-2005

I VOLUME

Direcção Geral do Planeamento

ÍNDICE

PREFÁCIO.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
I ENQUADRAMENTO GERAL.....	6
1 Processo Participativo	6
1.1 Visão	7
2 Democracia	7
3 Boa Governação	8
4 Desenvolvimento Regional	9
5 Prioridades	10
5.1 Principais Objectivos.....	10
5.2 Principais Metas.....	12
6 Diálogo entre as Políticas	13
7 Mecanismo de Seguimento e Avaliação	13
7.1 Renovação do Exercício de Planeamento e Reforço do seu Carácter Democrático	13
II ENQUADRAMENTO DAS POLÍTICAS MACRO-ECONÓMICAS	14
1 OBJECTIVOS DA POLÍTICA ECONÓMICA	14
1.1 Quadro Geral das Políticas Macro-Económicas	15
1.2 Política Orçamental e Fiscal.....	17
1.2.1 Política Orçamental	17
1.2.2 Política Fiscal	19
1.3 Défice Público	20
1.4 Política Monetária e Cambial	21
1.5 Consolidação do Sistema Financeiro	23
1.6 Política de Rendimentos e Preços	24
1.7 Crescimento, Produtividade e Emprego	24
1.7.1 Crescimento	24
1.7.2 Produtividade e Crescimento	25
1.7.3 Crescimento e Emprego	26
1.8 Forças, Fraquezas e Oportunidades.....	27
1.9 Gestão das Políticas Macro-Económicas	28
2 O CONTEXTO INTERNACIONAL	31
2.1 Evolução Internacional Esperada	31
2.2 Evolução Económica Internacional Recente	32
3 AS PROJEÇÕES MACRO-ECONÓMICAS DO PND	33
3.1.1 Introdução	33
3.1.2 Fragilidades da Base Estatística	34
3.1.3 Metodologia Adoptada	34
3.2 Hipóteses das Projeções	36
3.3 Resultados Esperados	40
III ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO DO PND	45
Introdução	45
Diagnóstico	45

1	ESTADO DA POPULAÇÃO CABO-VERDIANA	45
1.1	Estrutura por Grupo Etário e Sexo	45
1.2	Repartição Espacial da População	47
1.2.1	Repartição da População Cabo-Verdiana (%) por Ano Censitário e Ilha	48
1.2.2	Proporção de População Urbana (%) por Ano e Ilha	48
2	DINÂMICA DA POPULAÇÃO	49
2.1	Evolução Geral da População	49
2.2	Tendências da Fecundidade	51
2.3	Tendências da Mortalidade	52
2.4	Os Movimentos Migratórios	52
3	DESAFIOS E POSSIBILIDADES FUTURAS	53
4	PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS	54
5	ESTRATÉGIA	57
IV	PROGRAMAS E SUB-PROGRAMAS DO PND 2002-2005	58
V	ANEXOS	63
1	QUADROS DE INDICADORES: CABO VERDE	63
2	EVOLUÇÃO DE ALGUNS AGREGADOS	65

PREFÁCIO

Devidamente enquadrado pelo Programa do Governo para a presente Legislatura e pelas Grandes Opções do Plano, o PND 2002-2005 constitui o documento de referência da estratégia de desenvolvimento do país para o referido período.

Pretende ainda constituir-se como uma nova etapa na abordagem do planeamento no país, no sentido em que toda a sua concepção alicerçou-se numa metodologia participativa, reflectida no envolvimento das mais diversas estruturas da Administração Pública, de actores sociais da sociedade civil e de técnicos especializados.

Pela mais-valia que tal participação diversificada comporta, certamente irá contribuir para uma maior apropriação da estratégia de desenvolvimento veiculada no PND.

Do debate alargado resultante da elaboração do PND 2002-2005 foi possível identificar os principais constrangimentos que afectam o processo de desenvolvimento do país e sobretudo elaborar as estratégias necessárias visando a valorização e mobilização das suas forças e oportunidades na senda do desenvolvimento.

A visão prospectiva de desenvolvimento preconizada, partindo do diagnóstico da evolução recente da sociedade e da economia cabo-verdianas, tem subjacente uma abordagem integrada onde a dimensão institucional - com destaque para a democracia e a boa governação - a durabilidade ambiental e o carácter inclusivo da estratégia de desenvolvimento, no âmbito de uma política de reforço da coesão social, ocupam um lugar proeminente, num quadro global de promoção da estabilidade macro-económica e de uma economia de base produtiva privada.

Pese embora o reconhecimento do envolvimento empenhado e da qualidade dos contributos dos diversos agentes que participaram na elaboração do PND 2002-2005, importa ter presente que face ao carácter dinâmico inerente à abordagem participativa aplicada, este não pretende assumir-se como um produto definitivo e como o encerrar de um processo, mas antes como uma etapa importante na identificação dos desafios de desenvolvimento que enfrentam a sociedade e a economia cabo-verdianas e das vias para a sua superação.

Neste particular, na sequência do PND 2002-2005 e pela relevância que ocupa no modelo de desenvolvimento defendido, merece realce o aprofundamento da estratégia de luta contra a pobreza no quadro do PRSP em fase de elaboração.

Carlos Augusto de Burgo

Ministro das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 2002-2005 representa uma etapa avançada do processo participativo de concepção e elaboração da estratégia de desenvolvimento do país.

Com efeito insere-se no quadro da abordagem integrada e participativa, iniciada com a concepção e elaboração das Grandes Opções do Plano, documento de referência definidor da visão partilhada do desenvolvimento do país e pedra de toque da estratégia de longo prazo subjacente, onde o combate à pobreza, no quadro de políticas estruturais amigas de um crescimento económico robusto e gerador de emprego, avulta como objectivo cardeal.

Nesta perspectiva a estratégia de luta contra a pobreza, já gizada no IPRSP – Interim Poverty Reduction Strategy Paper - e que será objecto de aprofundamento proximamente na versão definitiva deste documento, constituirá o culminar da formulação da abordagem holística de desenvolvimento preconizada e praticada pelo executivo com o concurso de toda a nação cabo-verdiana e o apoio dos parceiros de desenvolvimento do país.

O PND 2002-2005 é composto por dois volumes, segundo uma lógica cujo ponto de partida representa uma visão global, veiculada no primeiro volume, onde sobressai o enquadramento macro-económico inscrito num contexto de promoção e salvaguarda da estabilidade macro-económica, enquanto requisito permanente do processo de desenvolvimento do país, no quadro de uma economia de base produtiva privada.

O Volume II, de pendor operacional e incidência micro e meso-económica, consiste essencialmente na apresentação dos Programas e Sub-programas, com destaque para as estratégias sectoriais e institucionais, os objectivos a curto e médio prazo do PND com vista à consecução dos objectivos de desenvolvimento da Nação espelhados nas Grandes Opções do Plano.

Em suma, o Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 2002-2005 articula-se em torno dos seguintes capítulos:

- I. ENQUADRAMENTO GERAL
- II. ENQUADRAMENTO DAS POLÍTICAS MACRO-ECONÓMICAS
- III. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO
- IV. PROGRAMAS E SUB-PROGRAMAS
- V. ANEXOS

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2002-2005

I- ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2002-2005

1. Processo Participativo

Com início em Julho de 2001, a reflexão sobre os desafios do desenvolvimento do país foi marcada pela larga consulta às forças vivas, envolvendo directamente um número de mais de duzentos quadros nacionais da administração pública, do sector privado e da sociedade civil, destacando-se a realização de um Atelier sobre a Análise Situacional, a constituição de grupos temáticos, dois Encontros com decisores do sector público e do sector privado, um Atelier sobre Cenários e Estratégias de Desenvolvimento de Cabo Verde. Este processo foi apoiado pelos diagnósticos estratégicos sectoriais elaborados e culminou com a aprovação pelo Conselho de Ministros em Dezembro de 2001 das Grandes Opções do Plano:

- Promover a boa governação como factor de desenvolvimento, reformando o Estado, intensificando a Democracia e reforçando a Cidadania
- Promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento; alargar a base produtiva
- Desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino/formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento
- Promover uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e a solidariedade
- Desenvolver infra-estruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado

Após uma fase de disseminação e suporte activo da estratégia veiculada pelas Grandes Opções, a elaboração dos planos sectoriais decorreu de Março a Julho de 2002, apoiando-se nos gabinetes de estudos e planeamento sectoriais, direcções gerais e institutos públicos, com o suporte de grupos de trabalho sectoriais, quadros experientes da administração e trabalhos de consultoria.

De acordo com a metodologia adoptada para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005, o processo foi dividido em quatro etapas:

1. Actualização dos Diagnósticos Sectoriais
2. Preparação dos Programas
3. Enquadramento Macro-económico e Modelização
4. Arbitragem e Edição

VISÃO

Um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura.

Uma sociedade solidária, de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante.

Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida.

A ambição do país pode ser resumida nesta fórmula: modernizar-se; modernizar a economia; modernizar a sociedade.

2. Democracia

O regime democrático consagrado na Constituição da República, representa a matriz em que se reconhece hoje Cabo Verde. A intensificação da democracia bem como o pressuposto de que existe uma ligação intrínseca entre a democracia, o desenvolvimento humano sustentado e o respeito pelos direitos humanos, de tal sorte que um não é possível sem os outros, constituem consensos que mobilizam a Nação.

Com efeito, o desenvolvimento de Cabo Verde deve concretizar-se no quadro de uma sociedade aberta, plenamente inserida no mundo, dinâmica, informada, actuante e respeitadora dos Direitos Humanos.

O aperfeiçoamento do sistema eleitoral, assegurando cada vez mais o envolvimento dos cidadãos na vida política e melhorando a sua relação com instituições representativas da República bem como a modernização do processo eleitoral visarão tornar Cabo Verde uma referência importante em África na promoção da democracia.

O bom funcionamento da Justiça, como um dos pilares fundamentais do Estado de Direito Democrático, traduzindo claro indicador da segurança e do bem estar de que se pode desfrutar num determinado país, representa inegavelmente uma vantagem competitiva e um sinal exterior de boa governação. Urge ainda reforçar o quadro institucional de garantia dos direitos dos cidadãos e assegurar o acesso à justiça.

Um outro eixo de intensificação da democracia será aumentar a participação das mulheres nos órgãos de decisão e instâncias do poder e, em geral, potenciar a contribuição da mulher no desenvolvimento económico, político, social e cultural em resposta ao desafio ao qual não se pode alhear o país que quer o progresso. A dimensão género visa garantir a realização dos direitos humanos, enquanto objectivo

estratégico a atingir e factor estruturante de uma sociedade verdadeiramente democrática. Não é um mero factor de correcção de desigualdades.

No quadro do aprofundamento da democracia ainda, o Governo de Cabo Verde apoiará e acompanhará a Reforma do Parlamento, visando garantir que esta Instituição se transforme no efectivo centro do Poder, garantindo os direitos da oposição e das minorias em geral e aumentando nomeadamente a sua capacidade de iniciativa e produção legislativas e de controle e fiscalização da acção governativa.

3. Boa Governação

A boa governação é considerada um recurso estratégico do país. Assim, ela deve pautar-se por princípios de rigor, de transparência e orientar-se para a intensificação da democracia, a afirmação da liberdade, da cidadania e do desenvolvimento. As funções do Estado deverão ser redimensionadas às novas exigências da sociedade civil e do sector privado. Isto tudo requer, em primeiro lugar, uma profunda modernização da administração pública, de molde a funcionar como instrumento eficaz de intermediação e de desenvolvimento, aumentando a eficiência e eficácia da actividade do Estado.

Com efeito, a boa governação implica que a Administração Pública deve fornecer serviços que são apreciados e considerados como adequados pelos seus clientes, público em geral, sector privado, ONG's e comunidade internacional e que deve ainda garantir que as instituições públicas são eficazes, eficientes, responsáveis, atentas às necessidades do público, transparentes, económicas e previsíveis no uso dos recursos públicos. O seu papel no desenvolvimento económico e social que se quer para Cabo Verde, eficaz e económico, é de importância vital. Daí a necessidade premente de se modernizar as administrações e revitalizar a função pública, em outras palavras, de reformar. Os desafios passam pela definição de uma estrutura racional, eficiente, eficaz, geradora de confiança aos cidadãos e mobilizadora do apoio da sociedade na sua totalidade.

O governo deve ser capaz de governar e governar bem, na perspectiva da realização de um desenvolvimento durável que beneficie todos os cabo-verdianos e da promoção de cada vez mais e melhor comunidade nacional.

Nestes termos, para Cabo Verde, assume particular relevância a estabilidade macro-económica e a boa gestão das finanças públicas, em ordem a garantir um crescimento pujante e um desenvolvimento económico sustentado .

A boa governação será factor crucial do processo de transformação de Cabo Verde e particularmente da transformação do Estado, seja clarificando limites, seja identificando e promovendo sinergias.

É nesta perspectiva que o sector privado e a sociedade civil ganham toda a sua expressão e exercem na plenitude o protagonismo que lhes é próprio .

A boa governação, será assim, na essência, um catalisador activo da actividade humana no país, fazendo desabrochar um novo potencial de desenvolvimento, claramente articulado em torno de novas iniciativas e instituições privadas, de uma cidadania activa, com as suas premissas de inesgotável contribuição para a densificação da vivência democrática e, naturalmente, em torno do Estado, enquanto aparelho reformado e moderno, compatível com estas duas outras valências, formando a triade indispensável à "reinvenção" do Estado e à moderna organização da sociedade.

4. Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento regional pressupõe a consolidação e o aprofundamento do Poder Local, no quadro de uma política de descentralização equilibrada e que possibilite uma compatibilização entre as atribuições dos Municípios e os meios colocados à sua disposição, visando o seu desenvolvimento institucional, a capacitação do seu capital humano, a modernização da Administração Municipal, o reforço das capacidades financeiras das Autarquias Locais por forma a responderem adequadamente às demandas crescentes das populações locais.

A estratégia de desenvolvimento regional e local propõe, pois, concretizar esses objectivos.

Por essa via, entre outras que o processo de reforma e modernização do Estado há de consagrar, para além das que a prática corrente vai proporcionando, nomeadamente, através do orçamento e de decisões de política corrente, concretiza-se o princípio de um desenvolvimento que conduza à correcção das assimetrias regionais e tenha, por isso, sustentabilidade em essenciais equilíbrios locais.

Para que os benefícios do desenvolvimento possam chegar a todos os cantos da país é fundamental que sejam multiplicados e, sobretudo, aperfeiçoados os mecanismos e os instrumentos da sua distribuição, garantindo, assim, os preceitos de eficácia e eficiência e, de um modo mais global, os da boa governação .

Assim o Governo propõe-se criar novos mecanismos e instrumentos integrados numa abordagem sistémica e que tenha particularmente em conta as áreas das finanças e do planeamento.

É neste quadro que se insere a política de melhoria das condições de financiamento disponibilizadas aos Municípios. Assim, ao lado do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) actualmente existente, o Governo criará o Fundo de Desenvolvimento Municipal (FDM), proporcionando a criação de condições mais favoráveis ao exercício do Poder Local. Não se trata apenas de um dispositivo para a transferência de mais recursos aos Municípios. O objecto deste Fundo será financiar programas e projectos que dinamizem e promovam o desenvolvimento local, que criem emprego sustentado e iniciativas de geração de rendimentos sustentáveis que permitam a fixação das populações rurais bem como financiar projectos estruturantes a nível das ilhas e regiões, de execução local, preferencialmente pelo sector privado. Neste quadro, um mecanismo próprio de avaliação, de definição, caso a caso, do esquema e das modalidades de financiamento (o Governo Central não será o único financiador), e de controle da utilização dos recursos será previamente definido. Este Fundo poderá ainda gerir uma verba anual provisional e indicativa visando financiar projectos municipais de emergência, em caso de mau ou muito mau ano agrícola.

A capacitação das estruturas descentralizadas no domínio do planeamento e da promoção do desenvolvimento, o apoio aos municípios e ilhas na mobilização de recursos e na difusão das metodologias de elaboração de planos municipais e regionais será uma outra vertente do reforço do sistema de planeamento.

Para merecer a adesão da sociedade cabo-verdiana, o plano terá igualmente de reflectir a coexistência de uma prosperidade sustentável com a equidade social e a durabilidade ambiental, avultando o objectivo cardeal de combate à pobreza por ela constituir a privação dos direitos fundamentais do homem. A redução da pobreza é não apenas um imperativo moral, mas igualmente um imperativo do desenvolvimento económico e social, ao qual todas as sociedades devem responder. No campo particularmente, a redução da pobreza, a promoção da equidade social, do desenvolvimento económico e social devem constituir as pedras angulares de uma política de desencravamento e dinamização das regiões e da redução do êxodo rural.

5. Prioridades

O Governo de Cabo Verde considera prioritário a resolução das questões-chave para o desenvolvimento futuro do país e das ilhas. Tratam-se de prioridades reflectidas nas Grandes Opções do Plano e que aparecem explicitadas no PND 2002-05 sob a forma dos principais objectivos e metas.

- a boa governação
- a elevação da capacidade competitiva do país
- a capacitação dos recursos humanos e sua articulação com as necessidades do país
- a criação de empregos e o combate à pobreza
- a infra-estruturação
- a segurança alimentar estrutural

PRINCIPAIS OBJECTIVOS DO PND

OBJECTIVO GLOBAL

PROSSEGUIR DE FORMA SUSTENTADA A TRAJECTÓRIA DE CONVERGÊNCIA REAL, COM REFERÊNCIA À MÉDIA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS PAÍSES DE RENDIMENTO MÉDIO, NO QUADRO DE UMA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO, BASEADA NA PROMOÇÃO DE UMA ECONOMIA DE BASE PRODUTIVA PRIVADA COM COESÃO SOCIAL, CAPACIDADE INSTITUCIONAL E DURABILIDADE AMBIENTAL
--

MELHORAR O ACESSO DAS PESSOAS, DOS AGENTES ECONÓMICOS, DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E DA SOCIEDADE CIVIL AOS SERVIÇOS PÚBLICOS, REFORÇANDO A TRANSPARÊNCIA, A CAPACIDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E O PRINCÍPIO DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES
--

CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS E DO DESEMPENHO GLOBAL DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE, PROMOVENDO A ESTABILIDADE MACROECONÓMICA, REFORMANDO/MODERNIZANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ADEQUANDO O ESTADO E A ACÇÃO PÚBLICA EM GERAL À REALIDADE E NECESSIDADES DO PAÍS

REFORÇAR A CONFIANÇA DAS PESSOAS NAS INSTITUIÇÕES, FAVORECER UMA CIDADANA ACTIVA E FOMENTAR A PERCEPÇÃO / ASSUNÇÃO DA COISA PÚBLICA COMO BEM COMUM
--

ACCELERAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO COMBINADO COM A TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA, REFORÇANDO O PESO DOS BENS E SERVIÇOS TRANSACCIONÁVEIS, COM DESTAQUE PARA O TURISMO E A INDÚSTRIA LIGEIRA

DIVERSIFICAR A GERAÇÃO DE VALOR ACRESCENTADO COM BASE NA ACTIVIDADE PRODUTIVA PRIVADA, PROMOVEDO O INVESTIMENTO DIRECTO EXTERNO PREFERENCIALMENTE DESTINADO À EXPORTAÇÃO, AS PARCERIAS ENTRE O EMPRESARIADO NACIONAL E EXTERNO, MODERNIZANDO E CONSOLIDANDO A PARTICIPAÇÃO NACIONAL NA CRIAÇÃO DE RIQUEZA
COMPATIBILIZAR A ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO COM O ACESSO, EM CONDIÇÕES COMPETITIVAS, DAS PESSOAS E DOS AGENTES ECONÓMICOS AOS RECURSOS E SERVIÇOS FINANCEIROS, MODERNIZANDO / APROFUNDANDO O SISTEMA E FAVORECENDO AS CONDIÇÕES DE UM EQUILÍBRIO DINÂMICO ENTRE A OFERTA E A PROCURA
MELHORAR AS CAPACIDADES DAS PESSOAS, PROMOVEDO UM DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO SISTEMA DE ENSINO / FORMAÇÃO E FACILITANDO O ACESSO À EDUCAÇÃO / FORMAÇÃO
REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DO CAPITAL HUMANO, MELHORANDO E DIVERSIFICANDO A OFERTA DE EDUCAÇÃO / FORMAÇÃO, COM ÊNFASE PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DIRECCIONADA À JUVENTUDE, NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO
CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DO BEM-ESTAR DAS PESSOAS, AUMENTANDO A OFERTA E FACILITANDO O ACESSO À CULTURA, AO DESPORTO E AO LAZER
REFORÇAR AS CAPACIDADES DOS GRUPOS VULNERÁVEIS E AUMENTAR A SUA PARTICIPAÇÃO NA ACTIVIDADE PRODUTIVA, PRIVILEGIANDO POLÍTICAS ESTRUTURAIS AMIGAS DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E DO EMPREGO
MELHORAR DE FORMA SUSTENTADA O ACESSO AOS BENS ALIMENTARES POR PARTE DAS POPULAÇÕES / GRUPOS VULNERÁVEIS, O SEU NÍVEL DE RENDIMENTO E DE EMPREGO
AUMENTAR O ACESSO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS AOS SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS, NO QUADRO DE POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS SELECTIVAS DE REDUÇÃO DA POBREZA
MELHORAR A DISPONIBILIDADE E A QUALIDADE DAS INFRA-ESTRUTURAS, FAVORECENDO UM POSICIONAMENTO VANTAJOSO NA ECONOMIA INTERNACIONAL E UMA MAIOR INTEGRAÇÃO DO MERCADO NACIONAL, PROPORCIONANDO NOVAS FONTES/OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO INCLUSIVO E REDUZINDO A PRESSÃO SOBRE OS RECURSOS NATURAIS
MELHORAR A SUSTENTABILIDADE DAS COMUNIDADES RURAIS, PROMOVEDO A MODERNIZAÇÃO DO SECTOR AGRO-FLORESTAL, DA PESCA E DO TURISMO RURAL
REDUZIR AS DISPARIDADES DE OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO PARA AS PESSOAS, ASSEGURANDO UM NÍVEL ADEQUADO DE INFRA-ESTRUTUTURAS PARA AS DIFERENTES ILHAS E CONCELHOS, POTENCIANDO UM DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO E ASSENTE NA DURABILIDADE AMBIENTAL

PRINCIPAIS METAS DO PND

	2002-2005	2005
Promover uma elevada taxa de crescimento do PIB (%)	6,5	7
Reduzir a taxa de desemprego (%)		14
Garantir uma taxa de inflação compatível com a estabilidade de preços (%)		2,5-3
Estabilizar o rácio do défice orçamental em relação ao PIB (%)		3
Assegurar um défice da conta corrente em relação ao PIB sustentável (%)		≤ 10
Reforçar as reservas externas em relação às importações (em meses)		≥ 3
Aumentar a taxa de investimento global ¹ (%)	34,7	37,6
Reforçar o peso do investimento público em relação ao PIB ² (%)	12	15,4
Aumentar a captação de investimento directo externo (milhões de USD)	40	50
Acelerar o crescimento das exportações (t. crescimento)	12	15
Reduzir a mortalidade das crianças menores de 5 anos	28‰	
Aumentar a taxa de cobertura vacinal contra o sarampo nas crianças menores de 1 ano (%)		90%
Reduzir a taxa de mortalidade materna	43‰	
Reduzir de forma significativa em relação ao ano base a prevalência das infecções sexualmente transmissíveis	50%	
Assegurar a percentagem de grávidas seropositivas recebendo tratamento para prevenção da transmissão vertical do HIV(%)	50% até 2004	75%
Reduzir a taxa de analfabetismo (%)	18	
Aumentar a percentagem de alunos matriculados no 1º Ano do Ensino Básico Integrado que concluem o 8º Ano de Escolaridade (%)	60	
Aumentar a percentagem de crianças pré-escolarizadas no 1.º ano de escolaridade (%)		75
Aumentar a taxa bruta de escolarização no 1º Ciclo do Ensino Secundário (%)		85
Alargar a utilização das NTCl no sistema de ensino	2002-2005	
Aumentar a percentagem de quadros formados nas instituições de ensino superior do país		60%
Reforçar a taxa de ligação da população à rede de abastecimento de água potável (%)		38
Aumentar a taxa de cobertura da população ligada à rede de esgotos (%)		25
Dinamizar o sector da agricult, silvicult, horticultura e pecuária (t. crescim)	4,4	
Dinamizar o sector da indústria agro-alimentar (t. crescimento)	4,4	
Aumentar a área agrícola irrigada total utilizada (Ha)		3.000
Aumentar a percentagem de penetração de energias renováveis nos processos de produção de energia eléctrica (%)		25

¹ Os dados de referência para as projecções são os constantes das Contas Nacionais , Série 1987-1997, INE, Dezembro de 2001

² idem.

6. Diálogo sobre as Políticas

As encruzilhadas da história legaram a Cabo Verde uma grande abertura ao exterior, potenciada pela precariedade de recursos endógenos e pela localização geográfica. Nesse quadro, ganha extraordinária importância a simpatia que Cabo Verde conseguiu granjear junto da comunidade internacional, simpatia essa que deverá ser permanentemente reforçada através da promoção de uma imagem de país de paz, segurança e estabilidade onde a democracia funciona e os direitos humanos são efectivamente respeitados e promovidos.

O governo privilegiará o diálogo sobre as políticas com os seus parceiros de desenvolvimento, nomeadamente as instituições e agências internacionais. A articulação e o envolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades e do Ministério das Finanças, Planeamento e do Desenvolvimento Regional neste diálogo constituirão um eixo de reforço da acção governativa.

Os objectivos e as metas da Declaração sobre o Milénio das Nações Unidas e as 10 super-prioridades sectoriais do Novo Partenariado para o Desenvolvimento da África – NEPAD - constituem uma Agenda para o governo na execução das prioridades aqui definidas.

MECANISMOS DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

7.1 Renovação do Exercício de Planeamento e Reforço do seu Carácter Democrático

Valorizar e consolidar a reflexão e o planeamento estratégicos bem como a abordagem prospectiva; consolidar a influência da estrutura central de planeamento na orientação e pilotagem do processo de desenvolvimento, com o reconhecimento da sua importância institucional e o reforço da sua capacidade técnica, em particular nos domínios do sistema de informação, da modelização e da gestão de programas e projectos de desenvolvimento, influenciando os mecanismos de planeamento e programação económica; melhorar a adequação, a coerência dos instrumentos de planeamento, de gestão económica e a sua articulação; melhorar os programas e estratégias sectoriais, assim como a promoção de uma maior participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento.

A capacidade de avaliação das estruturas de planeamento será reforçada bem como a “expertise” no domínio do ciclo dos programas e projectos.

A execução dos programas e sub-programas será da responsabilidade dos Ministérios, envolvendo os gabinetes de estudos e planeamento, as direcções gerais e os directores de projectos. As unidades de coordenação de programas serão, na medida do possível, integradas nas estruturas da governação do país, em todo o caso, será melhorada a sua articulação com as estruturas de planeamento.

No seguimento do PND, o serviço central de planeamento deverá participar em todas as actividades relevantes para o processo de desenvolvimento.

Um Gabinete de Estudos e Desenvolvimento conceituado será recrutado, sob concurso internacional, para apoiar o governo no seguimento do Plano, auxiliando-o no desenvolvimento da programação por objectivos, na implementação da abordagem programa e no desenho da figura do orçamento-programa ou da programação sectorial das despesas.

Anualmente, o Conselho de Ministros dedicará uma sessão sobre o estado de execução do PND e a sua avaliação.

A arbitragem e a programação financeira serão objecto do programa pluri-anual de investimentos públicos - PPIP.

A meta é apresentar em 2005, no quadro da preparação do Orçamento Geral do Estado, um programa anual de investimento público balizado pelos novos princípios da moderna gestão financeira.

O Governo promoverá em 2004 uma avaliação autónoma da execução do PND com o PNUD e a CNUCED, à luz do Programa de Acção de Bruxelas (Maio 2001) para os PMA para o decénio 2001-2010.

II- ENQUADRAMENTO DAS POLÍTICAS MACRO-ECONOMICAS

II-1 OBJECTIVOS DA POLÍTICA ECONÓMICA

A finalidade última da política económica é contribuir para a realização dos grandes objectivos consignados no Programa do Governo relativamente ao desenvolvimento sustentado, isto é: “um desenvolvimento compatível com a solidariedade social, regional e inter-geracional, consentâneo com a durabilidade ambiental, assente num padrão de crescimento ancorado em crescentes ganhos de produtividade, gerador de emprego e que minimize a pobreza e a exclusão social”³.

Considerando esses pressupostos, a política económica deve ser orientada para a concretização dos seguintes objectivos intermédios, que são por vezes conflitantes:

- Utilização óptima dos factores de produção – a ineficiência na utilização dos factores de produção (capital humano, máquinas, equipamentos, recursos naturais) não se limita à perda de produção e rendimento dos agentes económicos. Inclui custos sociais e colectivos.
- Crescimento económico, principal instrumento de desenvolvimento - manter o crescimento do PIB próximo do potencial, ou seja, a um ritmo que garanta a utilização óptima dos factores de produção e seja consentâneo com a estabilidade de preços.
- Equidade na distribuição dos benefícios do crescimento - um modelo de crescimento económico baseado em investimentos que não contribuam para aumentar o emprego do factor trabalho, especialmente em Cabo Verde, onde a taxa de desemprego é elevada e a pobreza afecta uma parte significativa da população, poderá pôr em causa a equidade na distribuição desse crescimento, o que a prazo pode constituir um factor de bloqueio ao próprio modelo implementado. O investimento em capital humano, educação e formação técnica e profissional, apoio aos pequenos produtores, promoção de micro e pequenas empresas, enfim, uma política económica e social que favoreça a integração dos pobres na

³ Programa do Governo, Cap. IV

economia e uma política salarial consistente com a estabilidade de preços e os ganhos de produtividade, de molde a contribuir para uma maior equidade na distribuição dos resultados do crescimento económico.

- Quadro macro-económico estável - implica a concretização de um conjunto de políticas orientadas para a manutenção dos equilíbrios interno e externo, ou seja, promotoras do crescimento económico com a criação de empregos, da estabilidade de preços, de um nível adequado das taxas de juro, da estabilidade da taxa de câmbio efectiva real que salvaguarde a competitividade e seja consentânea com uma trajectória sustentável do défice orçamental e da dívida pública em relação ao produto interno, tendo em conta a evolução do saldo primário e o diferencial entre a taxa de juro da dívida pública e o crescimento do PIB nominal.

As políticas macro-económicas erigem-se assim como uma das principais vertentes da política económica em geral, devendo contribuir, também, para a realização dos objectivos do desenvolvimento sustentado. Embora por si só não sejam suficientes, políticas macro-económicas consistentes e promotoras da estabilidade e do crescimento, constituem uma das condições necessárias para esse desenvolvimento.

1.1. QUADRO GERAL DAS POLÍTICAS MACRO-ECONÓMICAS

A formulação e a implementação de um quadro sólido de políticas macro-económicas para Cabo Verde não deve afastar-se de alguns pressupostos e princípios orientadores, dos quais se destacam:

- i. Orientação externa da economia como elemento chave, exigida pela condicionante dimensão da economia cabo-verdiana. A abertura ao exterior impõe a necessidade de um elevado grau de competitividade internacional dos bens e serviços produzidos internamente, impossível de atingir sem políticas económicas adequadas, neste caso aquelas que assegurem uma envolvente macro-económica e as condições micro-económicas favoráveis.
- ii. Flexibilidade da política macro-económica, se não para prever pelo menos para corrigir rapidamente, e com os menores custos possíveis, os efeitos dos choques internos e externos;
- iii. Sustentabilidade, ou seja, uma política de regulação conjuntural em consonância com a estabilidade de preços e com uma trajectória estável do défice orçamental e da dívida pública em relação ao PIB no longo prazo.
- iv. As políticas macro-económicas devem contribuir para a finalidade última da política económica global, que é a melhoria contínua do nível de vida das pessoas, promovendo o crescimento enquanto via fundamental do desenvolvimento. Concomitantemente devem ser criadas condições que permitam a concretização de políticas micro-económicas de estímulo da oferta, visando o aumento da produtividade e da capacidade produtiva do país.
- v. Complementaridade e articulação adequada com as políticas sectoriais de transformação estrutural, já que a estabilidade macro-económica exigida para o crescimento económico numa economia com as características da cabo-verdiana, não é suficiente para levar ao crescimento económico, ainda que fosse possível manter sob controlo a despesa interna, o défice orçamental, a inflação, a conta corrente e a dívida pública.
- vi. Gestão macro-económica baseada em instrumentos técnicos e científicos que permitam uma adequada articulação entre a previsão orçamental e as projecções sobre a evolução da economia real, um acompanhamento sistemático e avaliação permanente dos efeitos das políticas implementadas, a correcção e ajustamento, em tempo útil, dos desvios em relação

aos objectivos e metas fixados.

- vii. Credibilidade das políticas macro-económicas, o que pressupõe coerência, realismo e boa percepção dos agentes económicos quanto à sustentabilidade das mesmas. Os efeitos esperados dependem em grande medida dessa percepção, associada às expectativas dos agentes económicos.
- viii. Políticas económicas baseadas num consenso o mais alargado possível, em relação às áreas estratégicas de desenvolvimento do país, entre as forças políticas nacionais (com e sem assento parlamentar), económicas (empresariado) e sociais (sindicatos) de molde a reflectir os vários interesses em jogo e a suscitar o engajamento activo, solidário e coordenado dos principais parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde.

Em matéria de consenso, o PND orienta-se por acordos de princípio entre o Governo e os parceiros internos, por um lado, e por outro, entre o governo e os parceiros externos, em matéria dos objectivos de política e das metas a realizar, fixando alguns critérios que primam pelo rigor e transparência na implementação das políticas, sobretudo as políticas orçamentais e que servem ao mesmo tempo de quadro de referência para a avaliação das políticas a implementar.

A questão basilar, dadas as condições de vulnerabilidade de Cabo Verde, prende-se com o equilíbrio entre a necessidade de uma elevada taxa de crescimento económico, condição absolutamente indispensável à melhoria do nível de vida das pessoas, e a necessidade de políticas macro-económicas, de regulação conjuntural, consentâneas com a estabilidade da economia em termos nominais.

Esta problemática pode ser explicitada, nos seguintes termos, considerando:

- i. o regime cambial de peg fixo;
- ii. o elevado saldo da conta corrente, estruturalmente negativo (cerca de 12% do PIB em 2000);
- iii. as limitações dos fluxos de recursos externos (donativos, endividamento externo e investimento estrangeiro, directo ou em carteira) para financiarem o referido saldo.

Tendo em conta a necessidade de defesa do regime de peg fixo, no curto prazo impõe-se sobretudo a tomada de medidas orientadas para a contenção da despesa interna.

Efectivamente, não é desejável que as reservas externas desçam a um nível tal que desencadeiem a crise de pagamentos, dadas as implicações, entre outras, sobre a atracção do investimento externo e a credibilidade do país junto das instituições financeiras internacionais. Além disso, como Cabo Verde depende quase que exclusivamente das importações para a satisfação das necessidades de consumo, a elevação incontrolável da taxa de inflação seria inevitável na iminência dessa crise.

A contenção da despesa interna (absorção) não implica necessariamente a redução das despesas de investimento, privado e público, enquanto componente da despesa global e fonte importante do crescimento do produto. Com efeito, pode ser dirigida pela redução de determinadas despesas correntes do Estado bem como pelo aumento da eficiência e eficácia da despesa pública, através do ajustamento das despesas de consumo das famílias (política fiscal de desincentivo à importação de certos bens de consumo) e do redireccionamento do crédito interno ao consumo para as actividades produtivas, incentivando em especial as viradas para a exportação.

A percepção geral é que não tem sido feito o suficiente nessa matéria, de tal forma que a despesa interna em relação ao PIB continua demasiado elevada, agravando os défices orçamental e externo, com o consumo privado e público a pesarem muito mais do que as despesas de investimento no agravamento desses défices.

1.2 POLITICA ORÇAMENTAL E FISCAL

As políticas orçamental e fiscal são erigidas, pelo governo, como eixo fundamental da consolidação da estabilidade macro-económica e, em particular, para a garantia da sustentabilidade das finanças públicas. Esta opção tem a ver com o grande impacto que a estabilidade financeira tem na criação de um ambiente favorável ao investimento, na credibilidade interna e externa da economia e na estabilidade da moeda, todos factores essenciais para o crescimento, a criação do emprego e o combate à pobreza, objectivos maiores da política económica do Governo.

Na verdade, afectam o nível das reserva externas do país e assim a sua capacidade de pagamento no exterior, um elemento chave para atracção do investimento externo e para a credibilidade do país junto das instituições financeiras nacionais e internacionais; influenciam as condições e os limites de recursos para o financiamento do sector privado (crowding out); têm implicações directas no nível de preços e na estabilidade da moeda, elementos críticos para a competitividade de bens e serviços transaccionáveis produzidos em Cabo Verde; finalmente, as políticas orçamental e fiscal influenciam indirectamente a estabilidade de rendimentos reais das famílias, e deste modo, o nível de pobreza da população e o grau de estabilidade social, ambos elementos importantes para a criação de um ambiente favorável ao investimento privado.

As dificuldades estruturais das finanças públicas, ainda prevalecentes, agravaram-se, em particular nos últimos anos, em parte em resultado da inadequação das políticas implementadas, das perturbações conjunturais e de uma gestão pautada pela ausência de disciplina, de rigor e pouca transparência.

Impõe-se, assim, equacionar o problema e estabelecer um programa de médio prazo, visando garantir a sustentabilidade das finanças públicas e a estabilização da tesouraria do Estado. Este programa deverá ser preparado no quadro de negociações com os parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, dos quais se espera um papel importante na transferência dos recursos externos necessários.

1.2.1 POLÍTICA ORÇAMENTAL

O elevado défice orçamental, incluindo donativos, em 1999 (11% do PIB) e 2000 (19%) é, a todos os títulos, insustentável, com consequências negativas visíveis a nível da dívida pública, em particular interna, do défice da conta corrente, das reservas externas, do aumento excessivo da base monetária e da liquidez do sistema bancário e a consequente elevação das taxas de juro. Se o nível da inflação manteve-se baixo nos dois últimos anos, isso deve-se essencialmente a três factores: boas campanhas agrícolas em 1999/2000 e 2000/2001⁴, subvenção dos preços dos combustíveis, apesar do aumento dos preços no mercado internacional em 2000 e o regime cambial de peg fixo.

São tidas como causas do défice, entre outras, as seguintes:

- ausência de disciplina, rigor e transparência na gestão orçamental;
- peso dos serviços da dívida, em consequência do elevado stock da dívida pública (interna e externa) que atinge quase 100% do PIB;
- insuficiências a nível da previsão orçamental e sua articulação com as previsões da evolução da economia real e com os objectivos das políticas macro-económicas;
- aumento das transferências em consequência da proliferação de Institutos Públicos;

⁴ A boa campanha agrícola teve um impacto positivo na estabilização dos preços dos produtos alimentares nesses anos, produtos esses que pesam mais de 50% no sistema de ponderação do índice de preços no consumidor, ainda em vigor e utilizado para calcular a inflação

- ineficácia da máquina fiscal, fuga ao fisco e falta de coragem política para tomar medidas com vista a repor a ordem fiscal;
- utilização de recursos externos para financiar projectos sem retorno.
- utilização excessiva de recursos públicos para financiar os ciclos eleitorais.

Objectivo maior da política orçamental:

A redução sustentada do défice global do sector público e do peso da dívida interna até à sua confinação a limites sustentáveis pela capacidade de realização de receitas públicas e tendo em consideração as metas traçadas para o crescimento e para a provisão adequada dos serviços sociais pelo Estado, constitui o objectivo maior da política orçamental.

Este objectivo só será atingido no quadro de um programa pluri-anual para a redução do défice público, programa que permita conter as despesas e aumentar as receitas de modo a que as necessidades de financiamento do Estado sejam compatíveis com as possibilidades da economia e com a necessidade de manter os grandes equilíbrios macro-económicos.

Estratégias globais:

A sustentabilidade das finanças públicas requer a adopção de políticas orçamental e fiscal muito rigorosas e a realização de reformas estruturais viabilizadoras da eficácia da Administração fiscal e de todo o aparelho de Estado:

- a) Revisão das despesas públicas em todos os sectores da vida sócio-económica, incluindo o redimensionamento de serviços e institutos públicos e fundos autónomos; implementação da disciplina orçamental, com base nos princípios de rigor, contenção e austeridade, passando pela adopção de mecanismos e instrumentos adequados e implementação rigorosa de medidas já adoptadas; revisão da legislação pertinente; adopção de medidas racionalizadoras das despesas nos sectores da educação e da saúde e introdução do princípio de comparticipação dos utentes no custo dos serviços prestados; melhor coordenação entre a administração central e a administração descentralizada com respeito pelas autonomias e competências respectivas no apuramento, aplicação e controle de recursos públicos transferidos pela Administração Central; adopção de uma nova postura do Estado em matéria de gestão de recursos humanos, materiais e patrimoniais, privilegiando a prestação de serviços por particulares ou a concessão dos mesmos à iniciativa privada ou a organizações não governamentais, sempre que tal se revelar mais eficiente para o Estado e para os utentes;
- b) Reduzir o peso do défice orçamental. As dificuldades em fazer aumentar as receitas no curto prazo exigem um maior esforço do lado das despesas, em especial correntes, para sacrificar o menos possível as despesas de capital. Rubricas de corte privilegiadas nas despesas correntes: pessoal e transferências para os Institutos. Moderar o aumento de salários e das pensões. Reduzir as despesas com menor sacrifício das despesas de investimentos exige aumento da produtividade na Administração Pública (melhor serviço com menos meios humanos) através da racionalização das estruturas e simplificação dos serviços.

Estratégias específicas:

- a) Eliminar as transferências para as empresas públicas;
- b) Medidas legislativas e outras que permitam condicionar as transferências para os serviços públicos autónomos (incluindo os municípios) à existência de um sistema contabilístico fiável;
- c) Privilegiar projectos que se enquadram na estratégia de desenvolvimento, em especial, os que beneficiam do financiamento externo em condições concessionais.
- d) Com relação à educação e à saúde, reflectir sobre a conveniência do financiamento do beneficiário por cada serviço recebido em vez de financiar directamente a instituição prestadora de serviço – por forma a assegurar, nomeadamente, a concorrência, a introdução de espírito empresarial nas instituições dos respectivos sectores e flexibilizar o financiamento público em função do poder económico de cada beneficiário;
- e) Introduzir transparência e moralizar as despesas de representação associadas às deslocações de dignitários de cargos públicos e disciplinar as despesas das missões diplomáticas e consulares;
- f) Adoptar normas legais que tornem obrigatória a realização de concurso público para efeitos de contratação: a) de qualquer tipo de serviço que ultrapasse um certo montante em que uma das partes é um serviço público, de qualquer natureza, a nível central ou municipal; b) para estabelecimento de qualquer tipo de relação laboral, nomeadamente avenças.

A prioridade da política orçamental consiste em enquadrar os limites do défice orçamental em termos do PIB a um nível controlável, mediante a contenção do crescimento da despesa pública e a melhoria da performance do lado das receitas fiscais.

Por sua vez, a contenção e redução do nível das despesas públicas resultará da acção conjugada ao nível de: adopção de uma nova metodologia de elaboração do Orçamento do Estado, visando maior eficácia, mediante adopção de sistemas fiáveis de previsão de meios e uma melhor articulação com os objectivos das políticas macro-económicas.

1.2.2 POLÍTICA FISCAL

A política fiscal deverá pautar-se pela necessidade de melhorar os equilíbrios interno e externo bem como a justiça fiscal.

O objectivo é a consecução de um sistema fiscal simples, justo e estável, que facilite um bom relacionamento entre o fisco e os contribuintes, permitindo:

- a) aumentar a eficiência e eficácia da administração fiscal;
- b) aumentar as receitas, alargando as bases da incidência tributária, a par do IUR singular e colectivo; e aumento da poupança corrente necessária ao financiamento das contrapartidas dos programas de investimento público;
- c) minimizar a fraude e a evasão fiscal (razões de justiça e de eficiência tributária);
- d) estabelecer um ambiente facilitador do desenvolvimento.

Isso pressupõe: uma administração e um sistema fiscais eficientes e bem organizados, detentores de uma estrutura sólida em termos de recursos humanos e materiais, que primam pelo rigor, pela qualidade ,

pela justiça fiscal, e necessariamente, pela melhoria contínua e efectiva da relação entre o fisco e o contribuinte. Relação que deverá assentar na isenção, na imparcialidade e na transparência dos actos da administração. Introdução de maior equidade tributária e redução dos efeitos negativos das isenções fiscais.

Medidas Estratégicas:

- (i) Avaliação rigorosa e objectiva das acções e dos resultados já alcançados pelas medidas já implementadas e introdução dos ajustamentos que se mostrarem necessários;
- (ii) Intervenção integrada, agindo sobre diferentes vectores estratégicos: adopção de uma política activa de cobrança;
- (iii) Implementação do combate efectivo à fraude e à evasão fiscais, adoptando uma nova filosofia de intervenção da IGF;
- (iv) Reestruturação do sistema fiscal, comportando nomeadamente o reajustamento do sistema tributário;
- (v) Em defesa da justiça fiscal, estabelecer uma clara diferenciação entre as pessoas singulares e colectivas, diferenciando o seu tratamento em termos de tributação e estabelecer um regime fiscal diferenciado para os pequenos contribuintes;
- (vi) Desagrar gradualmente as taxas de imposição sobre pessoas colectivas;
- (vii) Desagrar as taxas de imposição aos contribuintes que exerçam a sua actividade em regiões periféricas, visando estimular a localização de actividades económicas nessas regiões;
- (viii) Revisão da política de isenções fiscais na óptica de uma análise mais rigorosa dos custos e dos benefícios;
- (ix) Reformulação do imposto único sobre o património (IUP);
- (x) Montagem de uma administração fiscal municipal susceptível de proceder de forma simples, célere e eficaz à cobrança das receitas, reduzindo ao máximo a fraude e a evasão fiscais;
- (xi) Introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado – IVA;
- (xii) Desenvolvimento das estatísticas fiscais, para permitir a obtenção de elementos destinados a servir de base de apoio permanente na elaboração da política fiscal.

1.3 DÉFICE PÚBLICO

O défice orçamental deve ser sustentável e financiado em condições de mercado pelo público, directamente e através de instituições de crédito. Emitir obrigações e bilhetes do tesouro que poderão ser tomados pelos bancos, investidores institucionais ou particulares (directamente ou através do sistema bancário). Note-se que o financiamento junto do público em relação ao BCV, por exemplo, é menos inflacionista, estimula a poupança, o desenvolvimento do mercado de títulos e cria condições mais evoluídas para o controlo monetário.

Quanto à prossecução do equilíbrio orçamental, resultará da conjugação das intervenções anteriores, associadas a uma intervenção atenta e permanente visando: a redução firme e sustentada das despesas correntes, particularmente do défice corrente primário; a redução da dívida pública interna; uma

rigorosa implementação da política de endividamento externo, assente em condições concessionais, apoiada numa gestão criteriosa e em obediência estrita à necessidade de garantir a eficiência e a eficácia na utilização dos recursos.

Finalmente, a consolidação orçamental será o produto de uma intervenção integrada agindo sobre várias ordens de factores: gestão integrada dos serviços de Orçamento, Contabilidade e Tesouraria do Estado; Implementação efectiva da afectação de recursos de acordo com as prioridades estabelecidas; reestruturação do sistema contabilístico e financeiro do Estado, incluindo a implementação do Plano Nacional de Contabilidade Pública; reavaliação do sistema de relacionamento do Tesouro com as instituições financeiras nacionais.

Dever-se-á prosseguir e reforçar o processo de conversão da dívida interna, no âmbito da estratégia global de consolidação orçamental.

1.4 POLITICA MONETÁRIA E CAMBIAL

No contexto actual de Cabo Verde, a estabilidade da moeda, dos preços e a manutenção da credibilidade da economia são objectivos maiores da política monetária (PM) . Neste sentido, a preservação da convertibilidade do escudo cabo-verdiano e a sustentabilidade do regime de câmbios baseado no peg fixo ligado ao Euro são essenciais a esta estabilidade.

Compete ao Banco de Cabo Verde (BCV), com a necessária autonomia, definir os instrumentos mais adequados para assegurar a realização dos objectivos gerais e dos seguintes objectivos específicos da PM:

- a) regular o crescimento da massa monetária, por forma a garantir um financiamento não inflacionista da actividade económica;
- b) regular a taxa de juros para assegurar não só uma boa afectação de recursos mas também um equilíbrio ex-ante entre o investimento e a poupança, nomeadamente através do adequado financiamento ao investimento privado;
- c) assegurar o equilíbrio da taxa de câmbio real com o reforço da competitividade da nossa economia.

Neste contexto, perspectivam-se as seguintes medidas estratégicas, no âmbito do respeito rigoroso pelos seguintes princípios da PM:

1. Estabilidade dos preços - Traduzida numa baixa taxa de inflação, a estabilidade dos preços é fundamental para a sustentabilidade da taxa de câmbio real ao nível estabelecido do peg. Qualquer percepção por parte dos agentes económicos de que a taxa estaria sobrevalorizada levaria a descredibilizar o regime e a provocar a desvalorização.
2. Coordenação com a política fiscal e orçamental - Numa economia como a de Cabo Verde em que os instrumentos de política são limitados, não se deve dissociar a política monetária da orçamental e fiscal. A inexistência dum mercado de títulos desenvolvido limita os canais de transmissão dos instrumentos. Daí que a coordenação das políticas orçamental e monetária seja fundamental no quadro da política de estabilização macro-económica. Esta traduz-se, entre outros, na articulação dos instrumentos de política entre o Tesouro e o Banco Central para que este possa programar a injeção ou a absorção de liquidez durante um determinado período.
3. Consistência temporal - A PM deve ser consistente no tempo, isto é, há que evitar medidas que ponham em causa os objectivos fixados no curto, médio e longo prazo,

como por exemplo um défice elevado, cujo financiamento pode traduzir-se no aumento do crédito ao sector público, na inflação e na queda das reservas do país.

Ao alterar o quadro da política macro-económica, o Banco Central deve comunicá-lo aos agentes económicos, divulgando sempre que possível, as previsões acerca do comportamento das variáveis macro-económicas. Perante inconsistências, a moeda passa a ser neutral. Para evitá-las ou minimizá-las, há que definir uma “âncora”, ou seja, uma regra para a PM.

Actualmente a regra assumida refere-se à garantia da estabilidade do peg fixo e à fixação de uma meta de crescimento da massa monetária em consonância com o crescimento da economia, a estabilidade de preços e uma trajectória sustentável da balança de pagamentos, em particular da conta corrente, sem prejuízo da necessária flexibilidade na condução da política monetária.

Prospectiva - A prospectiva como princípio da PM consiste em actuar antes que os problemas ocorram, isso devido aos desfasamentos mais ou menos longos entre a implementação de medidas e os respectivos efeitos esperados.

Transparência e responsabilização (“accountability “). O Banco Central deve ser transparente no sentido de comunicar a sua estratégia, de informar os agentes das suas decisões, de definir o enquadramento das suas acções, por forma a explicar os objectivos, os instrumentos e a facilitar o ajustamento das expectativas dos agentes. Devem ser igualmente introduzidos mecanismos de responsabilização dos gestores da PM por forma a aumentar a eficácia das suas decisões.

Sempre que alterar o quadro da política monetária deve comunicá-lo aos agentes económicos. O dever de comunicar deve incluir a divulgação das previsões sempre que possível, acerca do comportamento das variáveis macro-económicas relevantes. A transparência reduz a incerteza acerca da política PM e seus instrumentos (massa monetária, crédito e taxas de juro), facilitando uma resposta racional por parte dos agentes económicos.

Implicações para o Banco Central:

- adopção de uma âncora nominal;
- Necessidade de uma maior autonomia como factor crucial para garantir os objectivos fixados e a estabilidade macro-económica;
- transparência e “accountability”.

A moderna teoria monetária ressalta o papel das regras da política monetária na definição de um quadro de estabilidade macro-económica necessário ao desenvolvimento de longo prazo. A adopção de uma âncora nominal, conjugada com a responsabilização dos responsáveis pela política monetária, visa materializar o objectivo da estabilidade de preços. Este objectivo da estabilidade de preços deve ter uma tradução prática, como por exemplo uma taxa de inflação variando num intervalo de dois a três por cento.

Para a moderna teoria das expectativas racionais - apoiada em investigações empíricas relativamente recentes - um crescimento sustentado do produto e a estabilidade de preços estão associados à uma maior autonomia ou mesmo independência do Banco Central. No caso de Cabo Verde uma autonomia acrescida da autoridade monetária afigura-se uma opção institucional adequada à desejada regulação macro-económica sistémica, no quadro da necessária articulação das políticas macro-económicas, nomeadamente das políticas orçamental e monetária.

A responsabilização é a consequência do estabelecimento de uma âncora nominal, pois assim será possível avaliar a PM e os respectivos decisores.

1.5 CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

O sector financeiro deve merecer especial prioridade nas acções a desenvolver, no quadro de uma estratégia global de modernização, visando uma maior liberalização e aprofundamento.

Complementar as actividades dos bancos comerciais com a promoção de entidades parabancárias, designadamente, sociedades de capital de risco e sociedades de recuperação de créditos é uma necessidade. Nesta matéria, pelas limitações do mercado e de efectivos profissionais potencialmente qualificados, deve-se criar condições de enquadramento legal e institucional que favoreçam soluções híbridas e pragmáticas (uma única sociedade, por exemplo, exercendo as funções de capital de risco e recuperação de créditos). Promover o desenvolvimento do mercado de títulos (obrigações públicas, privadas e acções) que possam, inclusive, atrair poupanças de não residentes é outra exigência.

Apesar de avanços consideráveis verificados nos últimos dez anos, o sistema financeiro cabo-verdiano continua a caracterizar-se por um elevado peso do sector monetário-bancário, pouca diversificação das actividades e dos instrumentos financeiros, algumas deficiências derivadas do fraco desenvolvimento dos sistemas de pagamentos, dos sistemas de informação e do fraco nível de concorrência entre os operadores.

Por outro lado, os avanços já logrados e as perspectivas que se abrem ao desenvolvimento do sistema impõem um aumento da capacidade de supervisão do Banco de Cabo Verde em particular na vertente prudencial e reguladora em ordem à promover a estabilidade do sistema, a concorrência e a eficiência das operações.

Deverão ser desenvolvidas políticas no sentido de:

- apoio à consolidação de instituições financeiras já instaladas e entrada de novas, em particular de natureza não monetária;
- apoio ao aumento da bancarização do sistema, nomeadamente através da consolidação da Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, Telecompensação, compensação integrada e cartões de crédito internacional;
- incremento da intermediação financeira e desenvolvimento do mercado de capitais por forma a aumentar as alternativas de financiamento e de aplicações, destinadas respectivamente às empresas e às famílias;
- apoio ao desenvolvimento do mercado monetário interbancário;
- crescimento das transferências postais enquanto meio de pagamento;
- desregulamentação do sistema financeiro no sentido da adaptação da legislação ao novo contexto do sistema, passando pela aceitação do princípio “de que tudo o que não se encontra expressamente proibido deverá ser entendido como autorizado”;
- promoção do efectivo funcionamento da Central de Riscos;
- implementação nas instituições de crédito de serviços de auditoria interna com suficiente autonomia;
- revisão da legislação na área dos seguros, com vista a favorecer um equilíbrio competitivo das empresas do ramo e a necessária salvaguarda dos interesses dos segurados;
- desenvolvimento de sistemas de micro-créditos como forma de contribuir para a redução sustentada da pobreza.

1.6 POLÍTICA DE RENDIMENTOS E PREÇOS

A política de rendimentos, é uma área crítica da gestão macro-económica, porquanto afecta a política fiscal e a competitividade dos bens e serviços transaccionáveis produzidos no país. Ela deverá ser articulada com a política de preços e com a produtividade do trabalho, a promoção de emprego público e o combate à pobreza, devendo o salário real ajustar-se em função desses parâmetros. Os seguintes princípios devem ser observados:

- (i) Defesa da estabilidade dos rendimentos reais, ou do seu crescimento em consonância com a estabilidade de preços e os ganhos de produtividade. Por conseguinte, há que ter em conta que a melhoria da competitividade da economia cabo-verdiana, factor chave de integração na economia mundial, e, consequentemente do próprio crescimento económico, impõe restrições ao aumento dos salários. Isto significa que uma gestão adequada dos factores de crescimento dos rendimentos reais não deve limitar-se à produtividade e à inflação no país, mas também deve ponderar a evolução dos salários nos países que são parceiros comerciais de Cabo Verde, da produtividade interna relativamente à produtividade nesses países, sob pena de se pôr em causa a competitividade acima referida;
- (ii) Consolidação do processo de liberalização da economia. Os preços dos bens e serviços devem ser determinados preferencialmente pelo livre jogo dos mecanismos de mercado. Quanto aos preços dos bens e serviços transaccionados nos mercados caracterizados pela existência de falhas, sobretudo no caso dos monopólios, devem resultar da aplicação de mecanismos de regulação entre os fornecedores desses bens e serviços e as agências de regulação;
- (iii) Acordos de concertação social entre o governo e os parceiros sociais na implementação das políticas de estabilização macro-económica, devendo o governo criar as condições que permitam a elaboração de indicadores de conjuntura económica sólidos, transparentes e objectivos (inflação, crescimento do PIB, produtividade e outros), de forma a servir de base comum às negociações desses acordos em matéria de salários e outras políticas;
- (iv) Eliminação gradual de todos os subsídios de preços existentes;
- (v) Controle da inflação como um instrumento privilegiado de defesa do poder aquisitivo dos consumidores, de ajustamento das expectativas dos investidores e de regulação das taxas de juro. Para esse efeito é fundamental a prossecução de uma política monetária e cambial que garanta a estabilidade da moeda. O rigor da política monetária e cambial contribuirá assim para a estabilidade dos preços e dos rendimentos reais das famílias, e ainda, para facilitar a concertação social.

1.7 CRESCIMENTO, PRODUTIVIDADE E EMPREGO

Crescimento

A problemática do crescimento sustentável tem ocupado uma posição de destaque na agenda de investigação de várias gerações de economistas, com ênfase para a identificação e explicação das suas determinantes. Os resultados da teoria neoclássica, baseados no modelo de Solow referente ao estado estacionário – “steady state” – associado à produtividade marginal decrescente do capital, foram contestados pela moderna teoria do crescimento endógeno, que defende a possibilidade de um caminho de expansão continuada da economia sob o impulso de diversos factores, em particular da inovação tecnológica e do

conhecimento, enquanto fontes geradoras de externalidades positivas, legitimando deste posto de vista a intervenção do Estado na promoção de políticas públicas amigas do crescimento económico.

Outra abordagem alternativa, associada à moderna teoria evolucionista neo-schumpeteriana, advoga também o papel central da inovação tecnológica gerada no quadro dos sistemas nacionais de inovação, a importância do empresariado, das instituições e das economias externas geradas por políticas públicas promotoras do crescimento económico.

A produtividade total dos factores, directamente ligada à inovação tecnológica, juntamente com a disponibilidade de factores – capital e trabalho – em quantidade e qualidade, constituem determinantes fundamentais do crescimento.

A abordagem económica dominante associada às principais instituições financeiras internacionais de promoção do desenvolvimento, defende a existência de uma relação robusta e positiva entre o crescimento do produto e o investimento, com base no “incremental capital output ratio” – ICOR – donde decorre a necessidade de aumento da taxa de investimento como a principal via para a promoção do crescimento. Deste ponto de vista a baixa taxa de crescimento do continente africano estaria associado à baixa taxa de investimento.

As abordagens mais recentes referidas acima, com base em investigações empíricas, têm contestado esta perspectiva algo linear e quantitativista dos determinantes do crescimento económico, no quadro de uma análise mais abrangente, onde pontificam a estabilidade macro-económica, a redução da inflação, a melhoria do capital humano através nomeadamente da educação, o desenvolvimento do sistema financeiro pela via da sua liberalização e aprofundamento para além do efeito mobilizador dos incentivos adequados sobre o comportamento das pessoas.

Produtividade e Crescimento

Continua amplamente aceite que o determinante principal do crescimento sustentável é o crescimento da produtividade total de factores (PTF), destacando-se o papel das tecnologias de informação, a capacidade de organização e de gestão na evolução favorável da produtividade.

Dados produzidos por vários economistas, indicam claramente que as tecnologias de informação e de comunicação (IT) têm tido um papel determinante no aumento da produtividade e por isso no crescimento do produto. Por exemplo nos Estados Unidos da América no período de 1996-99 em que o PIB cresceu 4,85% foi estimado que a contribuição das tecnologias de informação teria tido a seguinte distribuição :

Tecnologia de Informação	1.10%
dos quais:	
Hardware	.63%
Software	.32%
Equi. Comu.	.15%

Estes resultados evidenciam que não basta aumentar o volume de investimento ou a poupança para garantir a sustentabilidade do crescimento económico. A determinante chave é a produtividade total dos factores.

Em termos gerais pode-se concluir que uma trajectória sustentada de crescimento, a médio prazo e longo prazo, pressupõe o crescimento continuado da produtividade total dos factores, a acumulação de

capitais e a expansão de emprego.

A sua importância justifica a ponderação atribuída à produtividade, à acumulação de capital e ao emprego no PND.

Crescimento e Emprego

Não é possível aumentar o volume do emprego sem que haja um crescimento sustentado do PIB. Contudo, é perfeitamente possível que o crescimento não se traduza na diminuição da taxa de desemprego sobretudo face a desequilíbrios estruturais do mercado de emprego (presença de desempregados de longa duração, desemprego de jovens sem qualificação, estruturas de formação inadequadas face às necessidades, entre outros).

Em Cabo Verde, as principais causas do desemprego advêm dos seguintes factores:

1. Baixo nível de qualificação da população activa;
2. Esforços insuficientes das estruturas de formação profissional para adaptar a mão de obra disponível às necessidades do mercado;
3. Gestão macro-económica que tem privilegiado o desvio de recursos financeiros a favor do Estado, comprimindo as iniciativas do sector privado através da manutenção de elevadas taxas de juros;
4. Padrão de crescimento movido sobretudo pela procura, com fraca capacidade de transformação estrutural do tecido produtivo;
5. Estrutura do sector privado débil, sendo cerca de 95 % das empresas de pequena dimensão e sem grande capacidade de criação de empregos;
6. Sectores tradicionais potencialmente geradores de emprego como a agricultura e pesca, caracterizados pela baixa produtividade e atrasos em termos de utilização de tecnologias, reflectindo-se esta ausência de dinamismo na perda do seu peso no PIB de 11% em 1996 para 9,9% em 2000 e na incapacidade de gerar novos empregos;
7. Participação modesta da indústria e da energia no PIB, cerca de 9% em 2000;
8. Os sectores que recentemente têm apresentado elevadas taxas de crescimento, como a banca e seguros, dado o carácter ainda pouco desenvolvido do sector financeiro, não têm gerado uma procura de trabalho susceptível de absorver parte significativa da mão-de-obra.

Não é tarefa fácil determinar a relação entre o crescimento e o desemprego por falta de dados e por não ter sido possível ainda apurar a fiabilidade dos dados existentes. A única fonte disponível que caracteriza com frequência a evolução do desemprego é o Observatório de Migrações e Emprego.

Trata-se de um instrumento qualitativo que segue a evolução do emprego apenas no meio urbano, o que limita o alcance das informações produzidas. De acordo com esta fonte, comparamos a evolução do desemprego com o PIB, no quadro seguinte.

Quadro 1

Ano	Taxa do Desemprego	Var. do PIB
1996	30.5%	6,7%
1997	30.7%	7,6%
1998 ⁵	27.4%	7,4%
1999	25.4%	8.6%
2000	21.8%	6%

Fonte: IEF/INE/DGP

Os dados do Censo 2000 indicam que a taxa de desemprego em Cabo Verde foi de 17,3%, ano em que a estimativa para a taxa de crescimento do PIB aponta um valor 6%.

Estes dados evidenciam ainda que a taxa de desemprego é mais elevada no meio urbano comparativamente ao meio rural.

Segundo o Censo 2000, em algumas ilhas e concelhos periféricos a taxa de desemprego teria atingido valores abaixo da média nacional: Tarrafal cerca de 9%, Calheta S. Miguel 8%, Porto Novo e S. Domingos 12%, Santa Catarina 10% e Boavista cerca de 5%.

À luz dos dados do Observatório e apesar dos dados do emprego e desemprego do Censo 2000 terem uma elevada componente de sazonalidade, de serem influenciados pela dinâmica do sector informal ainda pouco conhecido quanto às suas características e peso real, é possível reduzir significativamente o desemprego com base na conjugação de um conjunto de medidas, a saber:

- a) Criação e manutenção de um enquadramento macro-económico adequado;
- b) Flexibilização do mercado de trabalho;
- c) Acções específicas favoráveis ao aumento da competitividade, com enfoque nas medidas de incidência micro-económica;
- d) Melhoria da qualidade dos investimentos públicos combinada com a redução das taxas de juro;
- e) Qualificação e aperfeiçoamento do capital humano;
- f) Alargamento e aprofundamento da base produtiva.

Neste âmbito e com base numa análise das forças, fraquezas e oportunidades, o objectivo de redução acentuada da taxa de desemprego, certamente um dos desequilíbrios estruturais mais notórios, persistentes e constrangedores da economia de Cabo Verde, afigura-se plausível e realizável no horizonte temporal do PND.

1.8 FORÇAS, FRAQUEZAS E OPORTUNIDADES

Com efeito, é possível aumentar a produtividade total dos factores, ter um crescimento sustentável e reduzir o desemprego, desde que sejam minimizadas as fraquezas e potenciadas as forças e oportunidades, que de seguida se explicita:

⁵ Os valores do PIB a partir de 98 correspondem a estimativas

Forças:

- a) População jovem, escolarizada , patente numa taxa de escolaridade do secundário de 54% e detentora de uma boa capacidade de adaptação e de aprendizagem;
- b) Existência de um contexto de estabilidade política e social;
- c) Existência de uma relativa estabilidade económica e financeira;
- d) Existência de uma massa crítica a nível do capital humano;
- e) Existência de uma elite e de uma população mobilizáveis e tendencialmente comprometidas com o processo de transformação para o desenvolvimento;
- f) População da diáspora com capacidade técnica;
- g) Política de atracção de investimento externo directo com elevado potencial para facilitar a transferência de tecnologias;
- h) Capacidade de atracção de investimentos externos;

Fraquezas:

- a) Mercado interno pouco competitivo com destaque para a permanência de situações de monopólio e oligopólio;
- b) Escassez de divisas, o que limita a capacidade de importação, em particular de bens intermédios e de capital;
- c) Hábitos de trabalho pouco flexíveis para grandes alterações na sua forma de organização;
- d) Dependência da tributação indirecta e fragilidade da base tributária;
- e) Vulnerabilidades internas e externas acentuadas;
- f) Fraca diversificação da base produtiva;
- g) Fraca capacidade científica, o que dificulta o progresso e a inovação tecnológica;
- h) Custo de capital elevado

Oportunidades:

- a) Globalização crescente, o que propicia novas oportunidades de mercado e facilita a transferência tecnológica;
- b) Vantagens associadas à desmaterialização da economia;
- c) Stock de capital humano mobilizável para os desafios de desenvolvimento do país

1.9 GESTÃO DAS POLITICAS MACRO-ECONÓMICAS

Enquadramento

Uma das maiores fraquezas da administração cabo-verdiana prende-se com a inexistência de um

sistema adequado de gestão das políticas macro-económicas. Se esforços têm sido desenvolvidos na formulação e implementação das políticas, no âmbito dos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND e do Orçamento do Estado - OE, o mesmo não se pode dizer quanto ao acompanhamento e avaliação das flutuações de curto prazo da economia nacional, em decorrência das políticas de regulação conjuntural e das alterações da economia internacional.

Ocorre uma situação idêntica no que se refere às mudanças de médio prazo.

A necessidade de um sistema adequado que permita o acompanhamento, avaliação e ajustamento das políticas de regulação conjuntural e do desenvolvimento económico a médio prazo é indiscutível. Com efeito, é fundamental perceber, por exemplo, porque o produto interno bruto (PIB) se aproxima ou se afasta do produto potencial, que por sua vez evolui em função de determinantes de médio e longo prazos.

A mesma asserção é válida quanto à necessidade de previsão ou prevenção das “turbulências” ou choques exógenos, por exemplo no caso do aumento do preço do petróleo, da cotação do dólar, a redução da APD, das transferências de emigrantes, ou um choque interno decorrente de uma péssima campanha agrícola. A nível macro-económico avulta a necessidade de garantia da estabilidade monetária, cambial e de preços bem como da sustentabilidade das finanças públicas associada a uma trajectória do défice orçamental e da dívida pública em relação ao PIB consentânea com o crescimento deste.

A resposta a estes desafios depende grandemente da capacidade de formulação e implementação de políticas económicas coerentes, sólidas e creíveis. Mas também pressupõe mecanismos e instrumentos adequados que permitam prever o sentido da evolução económica e financeira no horizonte de curto prazo, avaliar as consequências das medidas aplicadas e prevenir os acontecimentos futuros. A inexistência ou a inoperância desses mecanismos põe em causa a própria credibilidade das políticas económicas.

Informação macro-económica: situação actual

É incontestável a melhoria da produção de informações quantitativas que permitem a elaboração de alguns indicadores macro-económicos para análise da evolução da conjuntura económica e financeira do país, umas de cobertura anual, outras mensais e trimestrais. Pode-se referir nomeadamente a balança de pagamentos, as estimativas provisórias anuais do PIB feitas pelo FMI em concertação com as instituições nacionais, a informação mensal sobre a inflação, o observatório trimestral sobre o emprego, as contas monetárias e os relatórios do BCV.

De entre as insuficiências e lacunas ainda existentes, destacam-se as seguintes:

- (i) a Conta Geral do Estado e as Contas de Gerência dos Municípios são elaboradas com atrasos significativos e não são objecto de uma consolidação global;
- (ii) inexistência ou insuficiência de mecanismos objectivos de controle das despesas públicas e de cobrança das receitas fiscais, especialmente no que se refere às pessoas colectivas;
- (iii) os instrumentos de programação e orçamentação existentes são essencialmente de base anual ou pluri-anual. Por outro lado, o modelo macro-económico na base do RMSM-X do BM, que vem sendo utilizado, embora não de forma regular, como suporte ao planeamento, é um modelo essencialmente anual;
- (iv) o sistema de elaboração das contas nacionais, para além de ser anual, encontra-se ultrapassado pelas mudanças introduzidas no sistema económico

cabo-verdiano nos últimos 10 anos; os dados consolidados saem com anos de atraso e não existe um modelo nacional de estimativas rápidas, anuais e infra- anuais, de indicadores da economia real, excepto os referidos anteriormente;

- (v) considerando o peso dos investimentos públicos na economia cabo-verdiana, a ausência de um sistema de seguimento da execução física e financeira dos programas e projectos do Estado, financiados quer por organismos internacionais, quer pelo tesouro público constitui uma grande fraqueza;
- (vi) inexistência de informações qualitativas sobre a evolução da conjuntura nacional e internacional, ou então de um sistema de tratamento e análise dessas informações e sua utilização para fins de gestão e de ajustamento de políticas;
- (vii) ausência de articulação efectiva entre instituições nacionais, tais como, o Ministério das Finanças e Planeamento, o BCV, o INE, e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, entre outras, em matéria de informação para a gestão macro-económica.

O FMI vem efectuando, no âmbito do artigo IV, com as instituições cabo-verdianas, consultas anuais regulares sobre a situação económica do país, com enfoque na evolução macro-económica a curto e médio prazos, e nas recomendações de medidas de política com vista a assegurar a estabilidade macro-económica e o crescimento da economia. No âmbito dessas consultas, são feitas estimativas rápidas de indicadores de desempenho económico do país em concertação com as instituições nacionais, e recomendações sobre a melhoria do sistema de informação económica.

Por outro lado, a Unidade de Acompanhamento Macro-económico no quadro do Acordo de Cooperação Cambial com Portugal, produz relatórios regulares, de periodicidade trimestral, sobre a situação macro-económica do país.

Este quadro tem-se repetido quase todos os anos, sem que o mesmo tenha conduzido à eliminação das insuficiências subjacentes à gestão das políticas de regulação conjuntural.

Isto significa que as autoridades nacionais, mesmo que possam ter sob controle algumas variáveis macro-económicas, tais como a inflação e o nível das reservas externas, só à posteriori estão em condições de compreender a situação macro-económica real, de forma abrangente e nas suas múltiplas dimensões.

Opções Estratégicas

A solução para os problemas de gestão macro-económica, diagnosticados anteriormente, passará pela concretização das seguintes opções estratégicas:

- i. concepção, desenvolvimento e operacionalização de um sistema de informação para o acompanhamento, análise e regulação da conjuntura macro-económica;
- ii. institucionalização de uma Comissão Nacional de Acompanhamento da evolução macro-económica do país;
- iii. prossecução da reforma da administração financeira do Estado;
- iv. reforma urgente do sistema das contas nacionais de Cabo Verde e sua compatibilização com o SCN/93 das Nações Unidas;
- v. concepção e implementação de um mecanismo eficaz de seguimento da execução física e financeira dos programas e projectos de investimentos públicos, financiados por organismos internacionais e/ou pelo Tesouro, independentemente da agência de

execução;

- vi. articulação efectiva entre o processo de elaboração do Orçamento do Estado - OE - e o do programa de investimentos públicos;
- vii. criação de um consenso alargado em primeiro lugar em relação à estabilidade macro-económica enquanto requisito permanente e em segundo lugar em relação às políticas macro-económicas mais adequadas para Cabo Verde.

No plano político, económico e social, o busílis reside na concepção e aplicação de políticas orçamentais e monetárias que promovam simultaneamente a estabilidade macro-económica, um elevado ritmo de crescimento, a geração de empregos, a redução da pobreza e a preservação do ambiente.

Estes objectivos apontam no sentido de se conseguir um consenso, o mais alargado possível, entre as forças sociais, governo, partidos políticos e sindicatos, sector privado, sobre o pacote de políticas macro-económicas para Cabo Verde durante um período determinado, considerando as flutuações conjunturais, internas e internacionais e a iminência de choques assimétricos, no sentido do seu efeito desproporcionado sobre a economia do país.

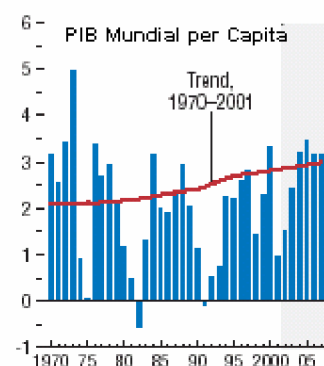
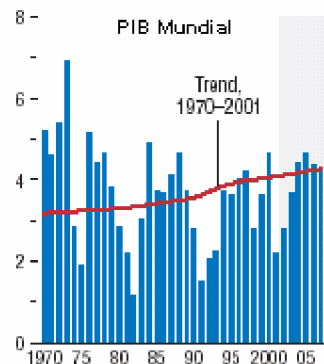
Esse consenso pode resultar da identificação e aplicação de alguns critérios de estabilidade macro-económica, como sejam os rácios em relação ao PIB do défice orçamental global e primário, da dívida pública, das despesas de funcionamento do Estado, a taxa de inflação, o limiar mínimo de reservas em relação às importações e de investimentos públicos financiados com recursos internos.

II-2 O CONTEXTO INTERNACIONAL

II-2-1 EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL ESPERADA

As projecções revistas em Setembro de 2002 pelas instituições de Breton Woods indicam o seguinte quadro para os próximos anos:

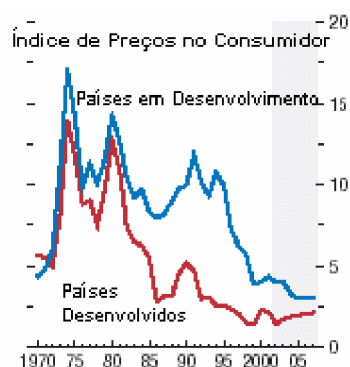
- a nível mundial, espera-se que o crescimento económico alcance 2,8% e 3,7% em 2002 e 2003, respectivamente;
- nos EUA, o crescimento económico será mais moderado do que o previsto, devendo o consumo e o investimento crescer abaixo do inicialmente esperado. O PIB crescerá cerca de 2,2% em 2002 e 2,6% em 2003;
- na União Europeia (UE) espera-se um crescimento mais moderado do que nos EUA, devendo o ritmo ser de 1,1% e 2,3% em 2002 e 2003, respectivamente;
- nos países em desenvolvimento, o crescimento poderá atingir 4,2% em 2002 e 5,2% em 2003, em média. Estas elevadas taxas serão fundamentalmente o resultado da evolução esperada nos países asiáticos em torno de 6% por ano;



- como resultado de factores externos e internos, o Continente Africano conhecerá uma trajectória de crescimento moderado (resultando o essencial do crescimento dos países situados ao sul do Sahara – 3.3% e 4,8% em 2002 e 2003, respectivamente) devendo o respectivo nível atingir 3,1% em 2001 e 4,2% em 2002, de onde resulta um crescimento per capita de 0,5% em 2002. Os países importadores de petróleo poderão alcançar um crescimento entre 3 e 4% em 2002 e 2003, em resultado sobretudo de ganhos associados a uma ligeira retoma mundial reflectida numa evolução favorável da procura e dos preços de algumas matérias primas (sobretudo café, cacau e alguns metais).

Esperam-se as seguintes evoluções dos preços no consumidor em 2002 e 2003:

- nos países desenvolvidos, os preços no consumidor poderão crescer 1,4% e 1,7%, respectivamente;
- nos EUA os crescimentos deverão se situar em 1,2% (2,3% na UE) e 1,9% (1,9% na UE), respectivamente;
- no Continente Africano espera-se que a taxa de inflação seja de cerca de 9,5-9,6%.



No que se refere às taxas de câmbio real, assume-se que manter-se-ão constantes. Assim, em 2002 e 2003 espera-se que a taxa média USD/SDR seja da ordem de 1,293 e de 1,324, de 0.94 e 0.98 USD/Euro, respectivamente.

As principais políticas assumidas pelos governos deverão manter-se, no essencial, inalteradas. Em quase todos os países a política orçamental será orientada para a redução do défice. No que se refere às taxas de juro, a LIBOR (depósitos em USD com maturidade de 6 meses) será em média de 2,1% em 2002 e de 3,2% em 2003, enquanto que os depósitos interbancários em Euro (3 meses) deverão ser remunerados em 3,4% e 3,8%, respectivamente.

O preço médio do barril de petróleo deverá manter-se estável, devendo se situar em 24,4 e 24,2 USD em 2002 e 2003, respectivamente.

II-2-2 EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL RECENTE

1. Crescimento Económico

No ano 2001, o crescimento económico mundial abrandou (depois de um forte crescimento no ano anterior) em todas as regiões, excepto no Continente Africano.

O abrandamento verificado resultou da conjugação de vários factores salientando-se a redução de preços das acções (sobretudo no sector das tecnologias de informação), o aumento do preço da energia e a adopção de políticas monetárias mais cautelosas devido às pressões sobre a procura nos países mais industrializados. A já enfraquecida situação económica piorou com os acontecimentos de 11 de Setembro nos EUA, que acabaram por deixar marcas profundas no ambiente macro-económico.

Nos primeiros meses de 2002, houve sinais de fim da desaceleração do crescimento em certas regiões e de retoma noutras (nomeadamente nos EUA e nos países do leste asiático). Esta evolução resultou, em parte, de políticas macro-económicas flexíveis nos países desenvolvidos em 2001, especialmente nos

EUA e em certos países asiáticos emergentes. Espelhando a diminuição do crescimento em 2001, a inflação manteve-se em níveis extremamente baixos em quase todas as regiões. Paralelamente, a deflação ocorrida no Japão ajudou a piorar a situação macro-económica.

2. Fluxos Financeiros

Em 2001, os fluxos financeiros em direcção aos países em desenvolvimento seguiram a mesma evolução, acusando quedas consideráveis, porquanto os investidores tornaram-se mais cautelosos, devido sobretudo aos acontecimentos de Setembro nos EUA e às crescentes dificuldades observadas na Argentina.

Entretanto, os acontecimentos de Setembro nos EUA mostraram-se menos duráveis do que inicialmente previsto, enquanto que a crise na Argentina não chegou a contagiar outros países. No primeiro trimestre de 2002, os fluxos para os países emergentes baixaram para níveis nunca vistos depois da crise ocorrida na Rússia em 1998.

3. Preços

Em 2001, o mercado internacional foi fortemente afectado pela flutuação do preço do petróleo que se situou entre 22 e 28 USD o barril devido tanto à diminuição da procura resultante do abrandamento do crescimento económico, como da diminuição da produção dos países da OPEP. Os acontecimentos de Setembro nos EUA conduziram a uma rápida subida do preço do petróleo devido ao receio de fortes perturbações no seu fornecimento, mas o preço acabou por baixar para cerca de 19 USD o barril.

O preço acabou por subir no início de 2002 devido à revitalização da procura e à diminuição da produção pelos países da OPEP e outros produtores. Em Abril de 2002 o preço já tinha alcançado 25 USD o barril devido largamente a factores não económicos, tais como o aumento das tensões no Médio Oriente e os acontecimentos políticos na Venezuela.

Os preços de produtos não petrolíferos alcançaram níveis muito baixos em 2001, níveis esses que se mantiveram nos primeiros meses de 2002 devido em larga medida à quebra da actividade motivada não só por factores ligados à distribuição mas também pelos subsídios nos países desenvolvidos. No início de 2002 os preços aumentaram.

II-3 AS PROJECCÕES MACRO-ECONÓMICAS DO PND

3.1.1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se aqui os resultados das projecções macro-económicas efectuadas entre Abril e Agosto de 2002 pela Direcção Geral do Plano.

O principal objectivo é o de explicar a metodologia de obtenção dos resultados e fornecer o quadro macro-económico em que se insere o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que cobrirá o período 2002-2005.

Achou-se útil referir, ainda que de forma breve, os problemas globais que determinam a qualidade das projecções, nomeadamente as fragilidades da base estatística e do sistema de informação.

3.1.2 FRAGILIDADES DA BASE ESTATÍSTICA

Não constitui objecto desta apresentação o estudo detalhado do sistema de informação nacional e da respectiva base estatística. Importa aqui evidenciar apenas os estrangulamentos mais importantes que perturbam o exercício de projecções macro-económicas, alguns dos quais já referidos anteriormente.

Apesar dos avanços registados nos últimos anos, constata-se dois tipos de fragilidades que entravam o exercício de projecção macro-económica: estatística e institucional.

A classificação económica das despesas em vigor encerra problemas que urge corrigir, pois não permitem (de forma directa e clara) o apuramento de massas homogéneas visando a avaliação da evolução de certos agregados como é o caso da massa salarial, do consumo público e das transferências.

Os meios informáticos hoje disponíveis na rede do Estado contradizem com a dispersão desses dados e a ausência de uma base de dados organizada e com vocação para a gestão macro-económica.

O MF (Ministério das Finanças) apenas dispõe de um sistema de preparação e avaliação do investimento público em folha de cálculo. Este sistema funciona em mono-posto e não constitui um instrumento de gestão deslizante com normas técnicas (os principais classificadores adoptados – sobretudo o classificador económico da despesa - não se coadunam com os do orçamento corrente) e procedimentos perfeitamente definidos.

Por outro lado, o sistema é estático e encontra-se divorciado daquele que ajuda a elaborar o orçamento corrente.

Não se encontrando uniformizado com o instrumento de gestão do orçamento corrente, constituindo um sistema unificado e integrado (mesmos classificadores, nomenclaturas, conceitos, codificações, etc.), depreende-se que a consolidação do Orçamento do Estado, a verificação dos objectivos macro-económicos e prioridades sectoriais estabelecidas não deixam de ser muito problemáticas e frágeis.

As outras dificuldades relevantes prendem-se com o comércio externo, o investimento público, o investimento privado externo e a ausência de seguimento conjuntural do sistema de informação macro-económica.

3.1.3 METODOLOGIA ADOPTADA

O instrumento utilizado para efectuar as projecções macro-económicas é o modelo RMSM-X do Banco Mundial.

Para fazer funcionar o modelo adoptou-se como ano-base, simultaneamente, os anos de 1997 e 2000. As contas nacionais definitivas mais recentes referem-se ao primeiro ano, razão pela qual foi adoptada.

Foi necessário reconstituir as contas nacionais entre 1998 e 2000 de modo a tornar possível a utilização dos resultados deste último ano como base para as projecções. Como ponto de partida foram utilizadas para as áreas que seguem as grandezas constatadas entre 1998 e 2002.

Finanças Públicas:

Entre 1997 e 1998 ocorreu a mudança do classificador económico da despesa e, por isso, a conta

do Estado produzida pela contabilidade pública não foi utilizada. Optou-se pela utilização da reavaliação feita pelo INE para efeito de elaboração das contas nacionais para o mesmo ano.

Para os anos de 1998 a 2002 foram utilizados os ficheiros em formato Excel disponibilizados pela contabilidade pública. A estrutura dos dados foi alvo de um longo trabalho de correcção. Desta correcção resultou um novo quadro de despesas correntes que salvaguardava a estrutura de 1997 e punha em evidência a importância das grandezas mais importantes tais como o volume de salários e do consumo público.

Programa de Investimento Público:

No momento da elaboração das projecções, o Programa de Investimento Público não se encontrava ainda disponível com suficiente detalhe. Para os envelopes anuais globais previstos uma estimativa já se encontrava disponível. Entretanto, faltava a determinação da estrutura do respectivo financiamento. Esta teve de ser feita com base na estrutura constatada nos anos precedentes.

Por outro lado, importava conhecer o volume dos novos empréstimos necessários ao financiamento dos envelopes atrás mencionados. A sua determinação foi feita por métodos indirectos, tendo sido os respectivos valores obtidos aplicando o peso dos empréstimos verificado nos anos anteriores aos montantes globais anuais (depois de aplicadas as taxas de execução recomendadas pelo Plano) e subtraindo os desembolsos previstos pelo departamento do tesouro que se ocupa da dívida externa. Assim, os novos empréstimos constituem o gap de financiamento necessário para alcançar o peso de desembolsos de créditos verificado no passado.

Contas Nacionais:

Considerando que os valores das variáveis mais importantes para as projecções já tinham sido constatados (finanças públicas, contas monetárias, índice de preços no consumidor, importações, exportações, balança de pagamentos, etc.), o primeiro exercício consistiu em levar o modelo a determinar o montante do PIB e de outras hipóteses de base. Os dados determinados deviam conduzir a valores de receitas correntes, massa salarial, consumo e investimento público, massa monetária, comércio externo, dívida externa, etc. mais próximos dos constatados.

É assim que os principais agregados macro-económicos foram calculados pelo próprio modelo, levando-o a produzir um quadro global coerente em que os principais indicadores da política orçamental (receitas sobre o PIB, consumo, investimento e défices públicos sobre o PIB), monetária (massa monetária, velocidade de circulação da moeda) e creditícia (volume e estrutura do crédito) realizados estivessem o mais próximo possível dos valores realmente verificados entre 1998 e 2002.

Situação Monetária, Comércio Externo, Balança de Pagamentos, Índice de Preços:

Os dados relativos a estas áreas tiveram como fonte o Banco de Cabo Verde e o INE.

Para os anos seguintes (isto é, 2003 em diante) foram assumidas as hipóteses apresentadas adiante.

3.2 HIPÓTESES DAS PROJECCÕES

Crescimento Económico

Foi explicada atrás a metodologia de fixação do crescimento económico, medido através do crescimento do PIB, para o período 1997-2002. De 2003 em diante foi retido um crescimento médio do PIB de 6,5% ano em termos reais com o pico do crescimento a ser atingido no final do ano de vigência deste PND, através de uma taxa de 7%.

De facto, o modelo permite que o PIB seja determinado como grandeza exógena ou endógena. O sucesso da estratégia de desenvolvimento do país pressupõe um crescimento de qualidade, isto é, a um ritmo elevado, com estabilidade de preços, gerador de empregos, capaz de combater a pobreza de forma duradoura e que esteja em consonância com um comportamento estável dos principais agregados orçamentais e monetários. Nesta perspectiva, a fixação duma meta de crescimento consentânea com a referida estratégia conduziu à determinação exógena da taxa de crescimento, salvaguardando todavia a coerência interna do modelo.

Inflação

O comportamento esperado desta variável resulta da opção pela estabilidade macro-económica, enquanto condição necessária a um crescimento sustentado, pelo que as projecções têm subjacente uma taxa de inflação compatível com a estabilidade de preços, isto é, um aumento de preços não superior a 3% em termos da variação média de doze meses.

ICOR - Incremental Capital Output Ratio

Não obstante as reconhecidas limitações deste instrumento, nomeadamente a abstracção em relação à dimensão qualitativa do investimento, o papel central desta variável e a facilidade operativa do ICOR explicam em grande medida a sua utilização nos modelos de crescimento das instituições financeiras internacionais, nomeadamente no RMSM – X do Banco Mundial, que serviu de base à modelização do PND. Trata-se de uma grandeza que estabelece a relação entre o objectivo de crescimento económico e o investimento necessário para o atingir. Na fase de crescimento incerto ou de transição, este indicador torna-se muito instável. Por esta razão ele foi calculado como resultado do comportamento médio do rácio 'variação da FBCF' / 'variação do PIB' durante 10 anos (o que dá um rácio entre 5 e 6 – estima-se que nos países em vias de desenvolvimento este rácio pode situar-se a um nível superior a 6 quando se procede a investimentos volumosos em sectores capital-intensivos), uma vez eliminados os períodos de instabilidade, na medida em que verifica-se que ela revela grandes perturbações quando ocorrem mudanças de governo e apenas torna-se a estabilizar poucos anos mais tarde.

MUV Growth Rate

MUV (Manufacturing Unit Value) é um indicador cada vez mais utilizado nas análises internacionais, sobretudo quando se trata de deflacionar grandes massas relativas aos países em vias de desenvolvimento. Trata-se de um índice de preços sintético de produtos manufacturados nos países da OCDE e exportados para os países em vias de desenvolvimento. Para efeitos das presentes projecções, o MUV esperado é de cerca de 2% por ano, i.e. em torno da taxa da inflação esperada nos países da OCDE

para os próximos anos.

Depreciação Nominal da Moeda

No domínio da política cambial, assegurar a estabilidade das taxas de câmbio efectivas real e nominal, como forma de garantir, de forma sustentável, o equilíbrio externo e a estabilidade dos preços é um objectivo que deve pautar-se todavia pelo realismo.

Constatou-se que entre 1997 e 2002 o nível de depreciação nominal da moeda foi sempre superior à taxa de inflação. Considerou-se, também, a mesma tendência para os próximos anos: o nível médio de depreciação foi fixado em 3% por ano, devendo a inflação se situar entre 2,5 e 3% por ano.

A hipótese aqui retida é de que a taxa de câmbio nominal face ao dólar anualmente irá sofrer uma depreciação de 3% durante o período do Plano.

Sector Externo

Ao nível do sector externo foram assumidas as seguintes hipóteses:

- As exportações deverão crescer em média 12% ao longo do período do PND, com uma aceleração em 2005 de 3 pontos percentuais, em resultado dos efeitos positivos decorrentes dos investimentos esperados na área do turismo, no sector da indústria associado à implementação do programa AGOA, o fim do embargo económico para a exportação do pescado bem como as oportunidades oferecidas no quadro do Acordo de Cotonou;
- Os rendimentos do exterior crescem em cerca de 3% por ano, i.e. ligeiramente superior à taxa de inflação esperada nos países da OCDE;
- A taxa de juros das reservas externas situar-se-á ligeiramente acima da inflação esperada, i.e. em cerca de 3% por ano;
- As transferências privadas do exterior, compostas essencialmente pelas remessas dos emigrantes, evoluirão ao ritmo da taxa de inflação internacional;
- O volume do investimento externo directo atingirá em média 40 milhões de USD no período 2002-2005, devendo conhecer uma aceleração no último ano do PND onde atingirá 50 milhões de USD.
- Tendo em conta o declínio registado nos últimos anos, o volume de donativos externos esperados sob a forma de ajuda alimentar e de ajuda à balança de pagamentos será de cerca de 22 milhões de USD por ano, a partir de 2003, tendo em conta as novas parcerias que o governo pretende realizar com a África do Sul, com os EUA, com Angola, etc.;
- O nível de reservas externas será de cerca de 3 meses de importações por ano.

Sector Monetário

A política creditícia assentará na seguinte estrutura:

- Devido à política de incentivo ao investimento privado, o sector privado absorverá cada vez mais recursos: o rácio observado em 2002 de 50% do crédito total, alcançará cerca de 60% em 2005;
- Do pressuposto anterior espera-se que os restantes 40% serão absorvidos pelos outros sectores, devendo a fatia absorvida pelas instituições públicas não financeiras se situar em torno de 1%, .i.é nos níveis actualmente verificados.

Considerando as baixas taxas de inflação esperadas e os problemas relacionados com a competitividade da economia, não se projectam profundas alterações para as taxas de juro reais, embora a tendência seja no sentido da baixa. Nesse sentido, salvaguardando a necessária autonomia das autoridades monetárias, medidas serão tomadas, durante o período do plano, com vista à criação de condições para a sua gradual descida, nomeadamente através do desenvolvimento do sector financeiro.

A massa monetária deverá evoluir de acordo com o crescimento do PIB em termos nominais, pelo que também se espera que a velocidade de circulação da moeda tenha um comportamento estável em torno de 1,5.

Contas Nacionais

O investimento público tem desempenhado um papel muito importante devido nomeadamente à necessidade de edificação de uma rede de infra-estruturas capaz de apoiar o nascimento e crescimento de unidades produtivas. Considerando que o processo de privatizações levou o sector privado a desempenhar um papel mais activo na gestão e expansão de rede de infra-estruturas, espera-se que o peso do investimento público no PIB venha a estabilizar-se em torno de 15% em 2005, no quadro de uma trajectória de aumento do seu valor em termos absolutos.

A relação Consumo Privado/Rendimento Disponível deverá manter-se nos níveis actuais, i.e. em cerca de 69%, prevendo-se por conseguinte uma estabilização dos níveis de poupança e de investimento das famílias durante o período do PND.

Finanças Públicas

A introdução do IVA no período do plano representa uma alteração significativa da estrutura fiscal, no quadro de uma reforma desenhada para ter um efeito neutro no volume de receitas globais, de modo que a introdução do IVA é suposta não ter qualquer impacte no volume de receitas a arrecadar. Por outro lado, não constitui orientação política o aumento da pressão fiscal. Nesta base, os ratios constatados em 1997 em relação ao PIB, apresentados no quadro infra, foram mantidos nas projecções:

Impostos Directos/PIB custo de factores	6.3%
Taxas Comércio Internacional/Importação de Bens (CIF)	11.9%
Outros Impostos Indirectos/PIB preços de mercado	4.5%
Multas, Penalidades e Outros/PIB preços de mercado	2.2%
Consumo Público/PIB preços de mercado	15.4%

Relativamente às receitas das privatizações considerou-se que elas não terão qualquer impacto na evolução das receitas de capital, no pressuposto de que globalmente os encaixes serão absorvidos pelos custos de reestruturação das unidades empresariais a privatizar.

No que se refere às despesas correntes, os seguintes rácios foram calculados entre 1997 e 2002.

	1997	2000	2002
Consumo Público/PIB p.m.	15.4%	15.4%	15.4%
Salários/Consumo Público Total	70.6%	77.0%	74.0%
Transferências ao Resto da Economia /PIB p.m.	3.1%	3.1%	3.1%
Transfer. Instituições s/f Lucrativos/PIB p.m.	0.2%	0.2%	0.2%

São referidas de seguida as evoluções mais marcantes registadas nesse período:

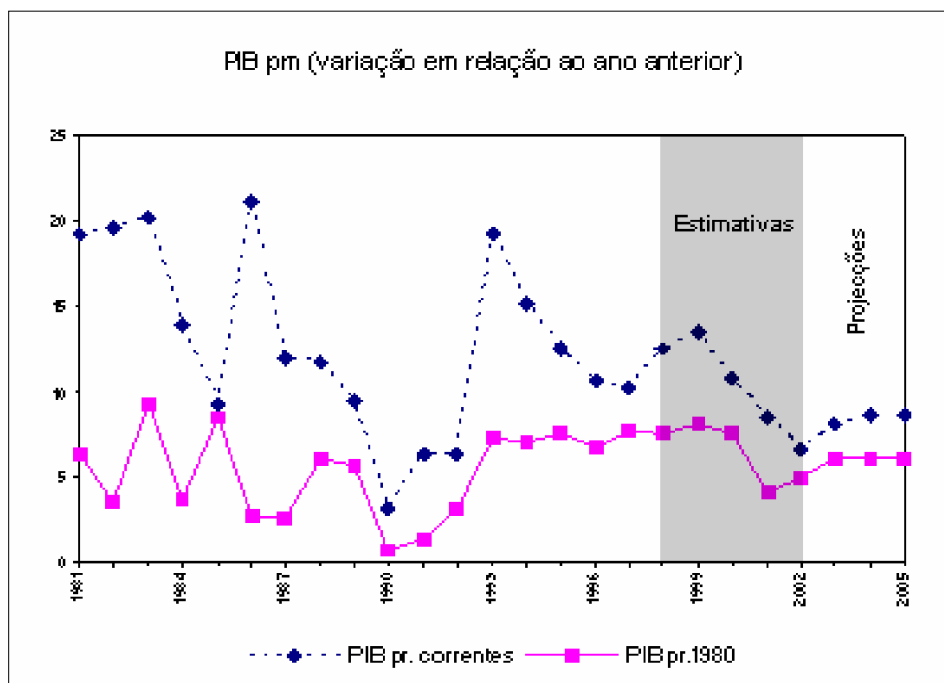
- estabilização do consumo público em relação ao PIB;
- estabilização das transferências ao resto da economia (compostas pelas transferências às famílias sob a forma de pensões e transferências a instituições diversas), transferências às instituições sem fins lucrativos (compostas essencialmente pelos partidos políticos) em relação ao PIB;
- trajectória ascendente dos salários em relação às despesas correntes até 1999, seguida da sua inflexão.

Considerando que não se esperam alterações estruturais em resultado da política orçamental, tanto no que se refere à arrecadação de receitas como na evolução da despesa corrente, os rácios observados em 2002 foram adoptados como os mais prováveis para a condução da política orçamental a partir de 2003. Os aumentos em valor absoluto resultantes das evoluções esperadas serão prioritariamente consagrados aos sectores sociais, sobretudo a saúde e a educação.

A evolução projectada reflecte uma melhoria substancial do saldo corrente após o agravamento ocorrido em 1999. Tendo em conta o compromisso firme com a política de estabilização, ele deverá traduzir-se numa trajectória favorável do défice global incluindo donativos, que deverá estabilizar-se em torno de 3% em 2005.

3.3 RESULTADOS ESPERADOS

Contas Nacionais



O gráfico apresenta a evolução da taxa de crescimento do PIB a preços correntes e constantes, considerando 1980 como ano base e o período 1980-2005, tendo presente que até 1997 os dados das contas nacionais são definitivos e que para os períodos 1998-2002 e 2003-2005, os valores correspondem a estimativas e projecções respectivamente.

Do gráfico resulta que o crescimento económico apresenta grande sensibilidade relativamente aos períodos eleitorais, o que foi tido em conta nas projecções, sobretudo nas premissas do comportamento das finanças e do investimento públicos. Os abrandamentos verificados no gráfico confirmam essa tendência.

O quadro seguinte apresenta valores estimados para 2000 e projectados para 2005 em milhares de contos a preços correntes.

	1997	2000	2005
PIB p.m.	45,968	64,902	99,035
Impostos Indirectos	4,920	6,894	11,815
PIB cf.	41,049	58,008	87,220
Agric.Silv.Pecuária	4,629	6,700	13,001
Outros Sectores	36,420	51,308	74,219

A passagem do quadro anterior a preços de 1997 permite uma leitura mais clara da estrutura produtiva. Considerando a evolução esperada no domínio do turismo e serviços conexos, a tendência de concentração em torno do sector dos serviços será reforçada nos próximos anos.

	1997	2000	2005
PIB p.m.	45,968	57,372	75,678
Impostos Indirectos	4,920	6,094	9,029
PIB cf.	41,049	51,278	66,649
Agric.Silv.Pecuária	4,629	5,033	6,065
Outros Sectores	36,420	46,244	60,584
PIB cf.	100.0%	100.0%	100.0%
Agric.Silv.Pecuária	11.3%	9.8%	9.1%
Outros Sectores	88.7%	90.2%	90.9%

Garantir uma taxa média de crescimento real do PIB de 6,5% constitui a principal meta do Plano do lado da economia real.

As exportações deverão crescer em média 12% durante a vigência do plano, esperando-se uma aceleração para 15% em 2005, devendo o sector do turismo funcionar como locomotiva do dinamismo da procura externa. Estando já aprovados os projectos, nos próximos dois anos avultados investimentos deverão ser realizados neste sector. Considerando ainda o tempo necessário para a construção das infra-estruturas previstas, os efeitos desses investimentos sobre as exportações serão mais perceptíveis a partir de 2005.

O quadro seguinte apresenta valores em milhares de contos e rácios de certos agregados macro-económicos em relação ao PIB.

	1997	2000	2005	1997	2000	2005
				Em % do PIB		
Crescimento do PIB	7.6%	6.0%	7%			
Consumo	43,915	71,185	98,901	<u>95.5%</u>	<u>109.7%</u>	<u>99.9%</u>
Resto da Economia	36,814	61,159	83,603	80.1%	94.2%	84.4%
Governo	7,101	10,026	15,298	15.4%	15.4%	15.4%
FBCF	18,624	15,025	37,257	<u>40.5%</u>	<u>23.2%</u>	37.6%
Resto da Economia	9,351	6,783	22,402	20.3%	10.5%	22.6%
Governo	9,272	8,243	14,855	20.2%	12.7%	15.0%
Poupança Interna	2,053	-6,780	-1,725	4.5%	-10.4%	-1.7%
Resto da Economia	16,206	13,599	26,240	35.3 %	21.0 %	26.5 %
Governo	-1,875	-2,199	-3,070	-4.1%	-3.4%	-3.1%
Poupança Bruta	62,539	86,210	136,159	136. %	132.8%	137.5%
Resto da Economia	46,166	67,942	106,005	100.4%	104.7%	107.0%
Governo	16,373	18,268	30,154	35.6%	28.1%	30.4%

A política de estabilização deverá traduzir-se numa trajectória sustentável do consumo do governo em relação ao PIB, reflectida num valor estável de pouco mais de 15% durante a vigência do plano.

Prevê-se um ligeiro reforço do peso do investimento público, que deverá atingir cerca de 15% do PIB em 2005 contra os 12,7% registados em 2000. Em termos do investimento global o aumento esperado de 14,2 pontos percentuais do rácio global em 2005 face a 2000, resultará fundamentalmente do esforço de

investimento do sector privado, reflectindo deste modo os efeitos das políticas viradas para a promoção de uma economia de base produtiva privada.

Inflação

A promoção de um crescimento económico de qualidade pressupõe, entre outros, para além do ritmo, a observância de uma trajectória sustentável para as contas externas, em particular a conta corrente, para o saldo orçamental e um contexto de estabilidade de preços, entendida em relação à economia de Cabo Verde como um aumento de preços não superior a 3%.

Estabilizar a taxa de inflação, definida como a variação da média de doze meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC) em torno de um valor não superior a 3%, representa a principal meta a atingir no horizonte do plano, no que concerne o objectivo de estabilidade de preços e o desempenho da economia em termos nominais.

Finanças Públicas

A regulação macro-económica sistémica, no sentido da adequada articulação nomeadamente entre as políticas orçamental, fiscal, monetária e de rendimentos e preços, representa uma condição necessária a um crescimento económico com estabilidade de preços.

As hipóteses subjacentes ao cenário e às projecções aqui apresentadas apontam para uma ausência de mudanças no volume de receitas decorrentes da introdução do IVA, pelo que não se esperam alterações de fundo a nível das receitas correntes.

Entre 2000 e 2005 a evolução das receitas, tendo em conta a neutralidade do IVA, dependerá sobretudo do crescimento da actividade económica. Acresce que em decorrência das medidas previstas em sede de Administração Fiscal, admite-se como plausível um aumento das receitas correntes a um ritmo superior ao do PIB nominal, 11-12% contra 10%, no quadro da consolidação dos ganhos de eficiência fiscal durante a vigência do PND.

No domínio da política orçamental, a política de rigor deverá traduzir-se sobretudo na contenção das despesas correntes, reflectindo assim o compromisso com a observância da regra de ouro das finanças públicas. O saldo global incluindo donativos deverá assim estabilizar-se à volta de 3% em relação ao PIB.

Estabilizar o rácio do défice orçamental incluindo donativos em relação ao PIB à volta de 3% constitui a meta de referência em sede de política orçamental.

O comportamento das principais componentes da despesa corrente, i.e. os salários e o consumo público será no sentido da estabilidade do seu peso relativamente ao PIB, não obstante o projectado aumento da massa salarial em cerca de 6,5% ao ano a preços correntes, em resultado da reposição do poder aquisitivo dos salários dos servidores do Estado, dos novos ingressos e das mudanças de escalão.

Quanto ao consumo público crescerá cerca de 8% ao ano, portanto a um ritmo inferior ao do crescimento do PIB, ao invés do investimento público, cujo crescimento nominal ultrapassará o do PIB, sob o impulso conjugado de dois factores principais: por um lado a necessidade de desenvolver e expandir as infra-estruturas rodoviárias e de transporte e, por outro, a correcção técnica associada a um nível de investimento muito baixo no ano de partida (ano 2000) relativamente ao normalmente conhecido nos anos anteriores.

Globalmente esta evolução das principais componentes orçamentais deverá traduzir-se no final do PND numa maior sustentabilidade das finanças públicas, quer em termos do comportamento do défice quer quanto à evolução da dívida pública, sendo que em relação a esta espera-se que o relançamento do Trust Fund se traduza quer na redução da dívida interna quer na libertação de recursos do serviço da dívida interna para o reforço do peso das despesas de saúde e de educação, no sentido da concretização da meta atinente à melhoria da composição da despesa pública, no quadro de uma política orçamental promotora da inclusão social.

Sector Externo

As exportações deverão crescer em média 12% ao longo do período do PND, com uma aceleração em 2005 de 3 pontos percentuais, em resultado dos efeitos positivos decorrentes dos investimentos esperados na área do turismo, no sector da indústria associado à implementação do programa AGOA, do fim do embargo económico para a exportação do pescado bem como as oportunidades oferecidas no quadro do Acordo de Cotonou.

Na estratégia de desenvolvimento veiculada no PND a componente externa, com destaque para a promoção das exportações e para a captação de investimento directo externo, desempenha um papel de relevo.

Nesta conformidade, a projectada evolução bastante favorável das exportações, estará fortemente correlacionada com a dinâmica ligada ao turismo. Este sector deverá funcionar como locomotiva em relação às principais componentes activas da balança de pagamentos a saber, as exportações e os investimentos directos externos.

As importações conhecerão também uma trajetória ascendente, embora a um ritmo menos acentuado do que o das exportações, destacando-se o contributo dos avultados investimento esperados na área de infra-estruturas turísticas. O carácter estruturalmente deficitário da conta corrente não conhecerá contudo nenhuma inflexão durante o período do PND, não obstante a projecção de um comportamento sustentável do défice da conta corrente durante a vigência do PND.

A melhoria da posição externa registada em 2001 deverá ser reforçada nos próximos anos, resultando daí o aumento da credibilidade externa, em decorrência da melhoria do desempenho da economia do lado das reservas cambiais, que deverão atingir em média cerca de 3 meses de importações. Pese embora os avanços esperados em relação à competitividade da economia de Cabo Verde, não se antecipa no período de vigência do PND, alterações profundas no perfil de relacionamento desta economia com o exterior, donde resulta que a evolução das remessas dos emigrantes e os fluxos da ajuda externa continuarão a determinar em larga medida o desempenho em termos globais da conta externa.

Reforçar o rácio das reservas externas em relação às importações para um nível não inferior a 3 meses constitui a principal meta em relação às contas externas durante o período do PND.

Promover o crescimento acelerado das exportações – taxa média de 12 % no período e de 15% em 2005 – e a captação de investimento directo externo – 40 milhões de USD em média e 50 milhões em 2005 – são outras metas importantes nas relações económicas com o exterior.

Economia Real

No sector monetário, a política monetária e de regulação do crédito (evolução do crédito interno) estará subordinada aos objectivos de equilíbrio interno e externo, a saber: crescimento económico, com estabilidade dos preços, nomeadamente pela via de uma política creditícia provedora de um adequado volume de crédito ao sector privado e em condições de financiamento competitivas; salvaguarda da sustentabilidade das contas externas, nomeadamente da conta corrente, o que deverá reflectir-se na melhoria

da posição externa e no aumento das reservas cambiais.

Medidas deverão ser adoptadas no sentido de uma evolução do crédito interno mais consentâneo com o padrão de crescimento de uma economia de base produtiva privada, pelo se espera um reforço do peso do crédito ao sector privado, em detrimento do crédito ao Governo.

O objectivo da estabilidade de preços ligado à uma baixa inflação passa pela necessária articulação duma política orçamental política de rigor com a política monetária, pelo que o Governo persistirá nesta via durante o período de vigência do PND, contribuindo assim para a criação de um ambiente atractivo para o sector privado e de condições favoráveis à mobilização de recursos externos.

Promover um crescimento de qualidade, isto é, a um ritmo elevado e com estabilidade de preços - taxa média de 6,5% para o período e de 7% em 2005 – erige-se como a principal meta do PND para a economia real.

Aumentar a taxa de investimento global que durante o período deverá ascender em média a 34,7%, representa outra meta importante do PND.

No domínio da política de emprego, a meta é reduzir de forma acentuada a taxa de desemprego, para níveis comportáveis económica, social e financeiramente, ou seja, o limite máximo para a taxa de desemprego em 2005 é fixado em 14%.

Reduzir a taxa de desemprego para 14% da população activa em 2005 representa uma meta fundamental no âmbito da política económica e social do Governo.

Quanto à política de rendimentos e preços, é privilegiada a necessidade de defender a estabilidade dos rendimentos reais ou o seu incremento consistente com a estabilidade de preços e os ganhos de produtividade.

Assegurar pelo menos o mínimo de sobrevivência a todas as famílias vulneráveis, através do sistema de protecção social mínimo e da utilização dos trabalhos públicos para debelar situações de emergência social no meio rural serão instrumentos utilizados, entre outros, pelo Governo, no quadro da política de inclusão social.

A política de preços em regra geral guiar-se-á pelo princípio da transparência, devendo a formação de preços operar-se de acordo com os mecanismos da oferta e da procura, sem prejuízo da acção reguladora do Estado nos segmentos de mercado menos concorrenciais, com destaque para o caso dos monopólios naturais.

III- ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO DO PND

INTRODUÇÃO

Pequeno país insular, Cabo Verde caracteriza-se do ponto de vista demográfico pela juventude da sua população (62,0% com menos de 25 anos em 2000), por uma taxa média de crescimento anual relativamente elevada (2,4% no período 1990-2000) e por uma repartição espacial cada vez mais desequilibrada (mais de metade da população reside actualmente na ilha de Santiago, a maioria na Capital, Praia). A juventude acentuada da população cabo-verdiana deve-se essencialmente ao nível relativamente elevado de fecundidade e à forte emigração da população activa que conheceu o país nas décadas passadas.

DIAGNÓSTICO

III-1 . ESTADO DA POPULAÇÃO CABO-VERDIANA

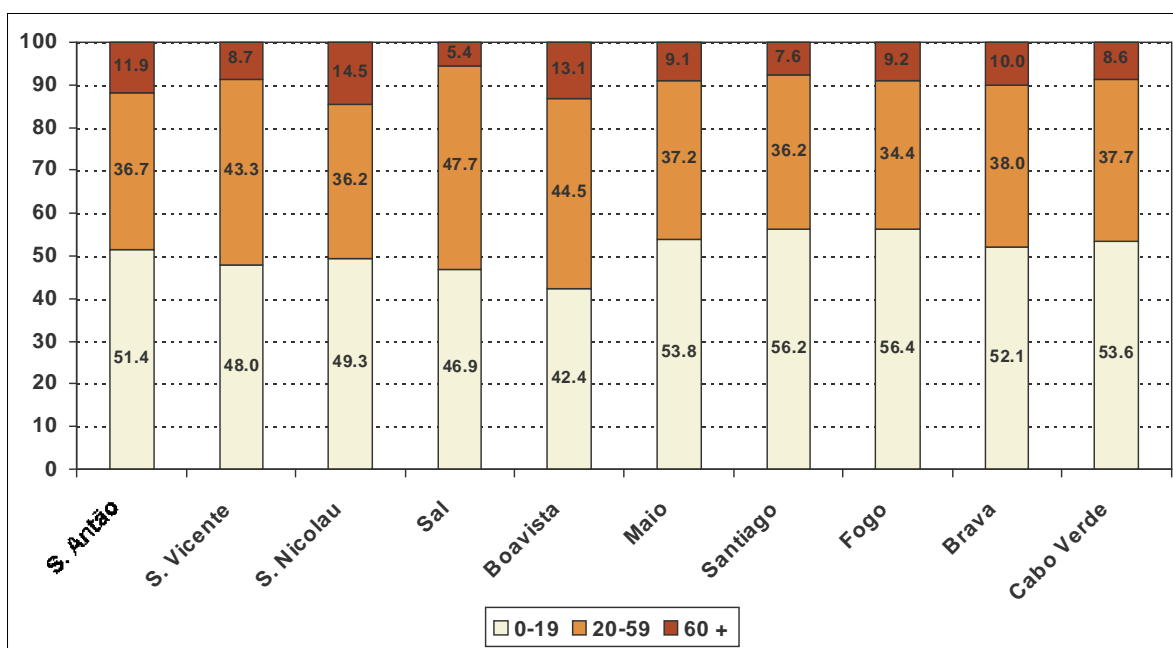
1.1 ESTRUTURA POR GRUPO ETÁRIO E SEXO

Segundo o último censo, a população cabo-verdiana foi estimada em cerca de 435.000 habitantes em 2000, dos quais 51,9% eram mulheres e 42,3% jovens com menos de 15 anos. No entanto, nota-se diferenças significativas tanto a nível da proporção de jovens segundo o sexo (44,1% dos homens e 40,5% das mulheres) e a zona de residência (39,0% na zona urbana e 45,9% na zona rural).

Relativamente a 1990, nota-se uma redução da proporção de jovens que era nesta altura de 45,0%, e, obviamente, o aumento das proporções de idosos (65 anos e +) que passou de 5,8 a 6,3%, e de adultos (15-64 anos), de 49,2 a 51,4%. Essas mudanças estruturais devem-se principalmente a importantes modificações demográficas em curso, nomeadamente a redução da fecundidade e da emigração, registada nos últimos decénios. Isso mostra que a transição demográfica, resultado da redução associada da fecundidade e da mortalidade, está bem avançada em Cabo Verde.

Por outro lado, a repartição da população por ilha e grande grupo etário no ano 2000 mostra grandes diferenças estruturais entre as ilhas. Assim, a proporção de 60 anos e + varia entre 5,4% na ilha do Sal e 14,5% em São Nicolau, enquanto a de 20-59 anos varia de 34,4% no Fogo para 47,7% no Sal, e a de menos de 20 anos, de 42,4% na Boavista para 56,4% no Fogo. Essas diferenças explicam-se essencialmente pelas migrações internas que afectam principalmente as pessoas em idade activa.

Repartição da população por ilha e grande grupo etário – 2000



Quanto à proporção de mulheres na população, ela diminuiu sistematicamente em todas as ilhas entre 1990 e 2000. As maiores diminuições foram registadas nas ilhas do Sal (de 50,0 para 46,8%), da Brava (de 52,2 para 49,9%) e da Boavista (49,2 para 47,4%), principalmente por causa da forte migração interna, essencialmente masculina no caso do Sal e da Boavista, ligada ao desenvolvimento turístico e aos importantes trabalhos de construção hoteleira.

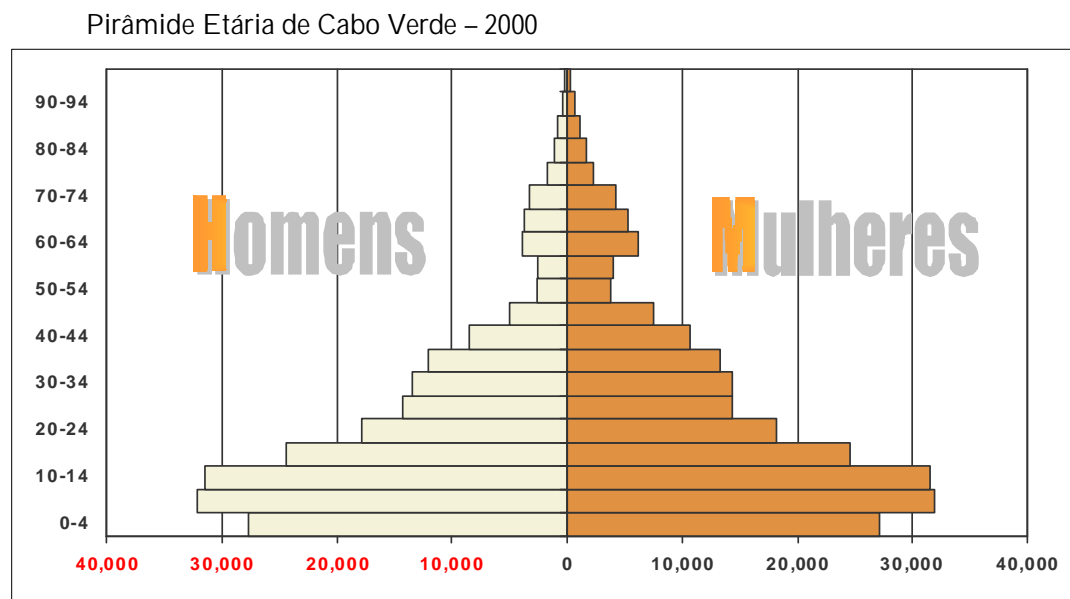
Relação de masculinidade por ano censitário e ilha

ILHA/ANO	1990	2000
Santo Antão	104,1	107,3
S. Vicente	94,7	98,4
S. Nicolau	95,6	98,6
Sal	100,2	113,6
Boavista	103,2	111,0
Maio	85,7	87,3
Santiago	84,4	88,8
Fogo	87,9	92,9
Brava	91,7	100,6
Cabo Verde	89,7	93,9

Fonte : INE (2000); DGE (1992)

A pirâmide etária cabo-verdiana mostra-nos uma importante e progressiva diminuição dos menores de 5 anos nas últimas décadas, resultado da redução da fecundidade que se vem registando, assim como uma

predominância do efectivo feminino sobre o masculino com a idade, por causa da maior mortalidade e emigração masculina.



Fonte : RGPH/INE (2000)

1.2 REPARTIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

A população cabo-verdiana está repartida de maneira muito desequilibrada entre as nove ilhas habitadas do país. Assim, um pouco mais de metade da população está concentrada na ilha de Santiago, $\frac{1}{4}$ na Capital, Praia. Os outros grandes centros populacionais estão localizados em São Vicente, Santo Antão e Fogo. No entanto, nota-se um aumento do peso populacional respectivo das ilhas de Santiago, de São Vicente e do Sal no período 1990-2000 enquanto o de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava está diminuindo de maneira substancial.

Esse desequilíbrio espacial é fundamentalmente o resultado da forte migração interna que caracteriza o país, com os centros urbanos como principais pólos de atracção, nomeadamente as cidades da Praia (que aumentou em média de cerca de 3.500 pessoas/ano entre 1990 e 2000), do Mindelo (aproximadamente 1.700 pessoas/ano) e a ilha do Sal (cuja população duplicou neste período).

Desta forte migração interna sob a forma de êxodo rural resulta um processo de urbanização cada vez mais acentuada (53,3% da população vive na zona urbana em 2000 contra 45,9% em 1990) com todas as suas implicações em termos de habitação, saneamento, acesso à água potável e a outros serviços sociais básicos. Assim, segundo o censo de 2000, mais de metade (58%) da população urbana evacua as suas águas residuais em redor da casa ou na natureza, enquanto somente 38% tem acesso à água canalizada.

Nota-se, em quase todas as ilhas, salvo nas da Brava e do Sal, um aumento da proporção de população urbana entre 1990 e 2000. Os maiores aumentos foram registados nas ilhas do Fogo, do Maio e de São Nicolau. No entanto, as ilhas mais urbanas continuam a ser as de São Vicente e do Sal.

Repartição da população cabo-verdiana (%) por ano e ilha

ILHA/ANO	1990	2000
S. Antão	12,8	10,8
S. Vicente	15,0	15,6
S. Nicolau	4,0	3,1
Sal	2,3	3,4
Boavista	1,0	1,0
Maio	1,5	1,6
Santiago	51,4	54,4
Fogo	9,9	8,6
Brava	2,0	1,6
Cabo Verde	100,0	100,0

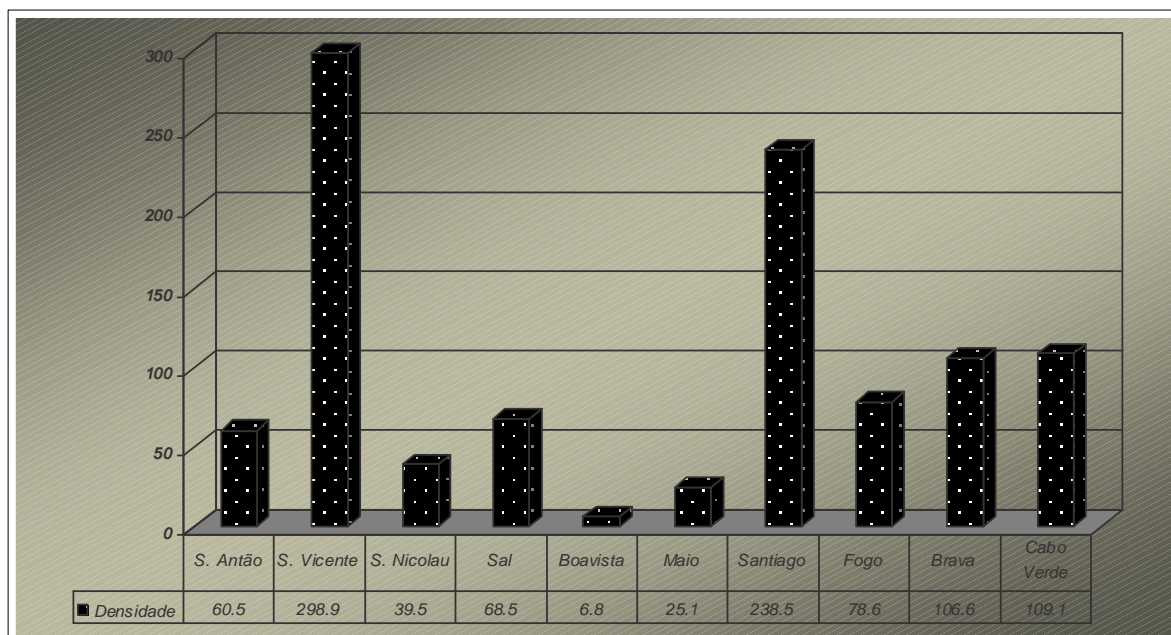
Proporção de população urbana (%) por ano e ilha

ILHA/ANO	1990	2000
S. Antão	23,0	24,1
S. Vicente	91,9	92,8
S. Nicolau	32,6	40,3
Sal	89,7	89,4
Boavista	44,1	47,6
Maio	31,7	39,6
Santiago	43,6	52,3
Fogo	17,5	22,3
Brava	36,9	28,3
Cabo Verde	45,9	53,3

Fonte : INE (2000); DGE (1992)

A nível de ocupação do território, a densidade populacional varia grandemente duma ilha à outra. As mais densamente povoadas são: São Vicente e Santiago, enquanto Boavista é de longe a menos (44 vezes menor do que São Vicente).

Densidade da população (Hab./Km²) por ilha em 2000



Fonte : RGP/INE (2000)

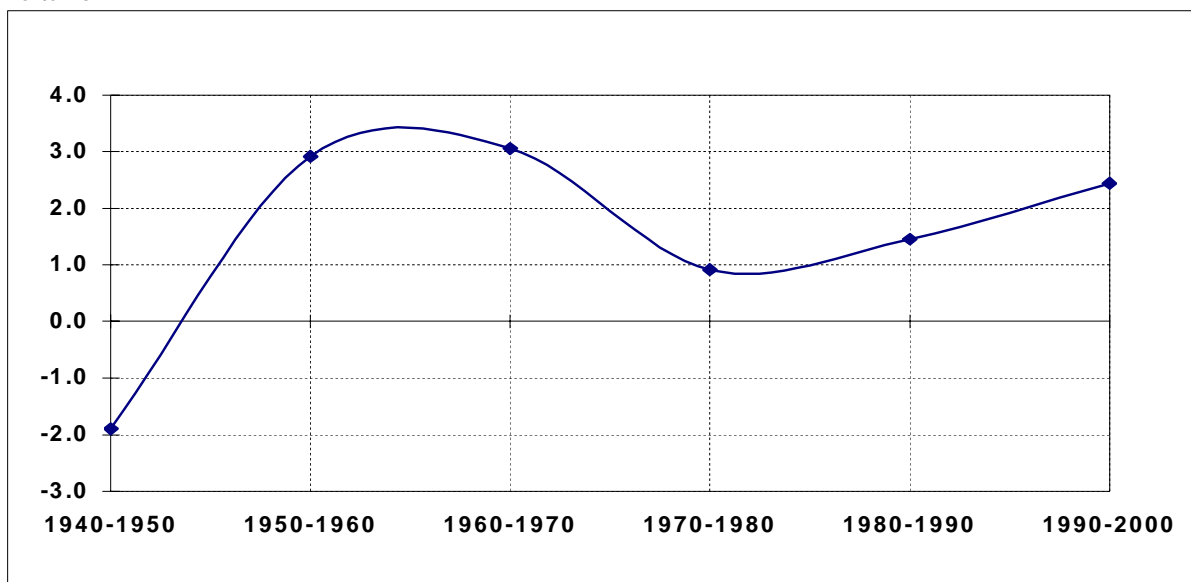
III-2. DINÂMICA DA POPULAÇÃO

2.1 EVOLUÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO

Nos últimos 60 anos, a população cabo-verdiana conheceu uma evolução cíclica. Assim, uma vez controlados os efeitos negativos das fomes e epidemias sobre a população, a taxa média de crescimento conheceu um aumento fulgurante no período 1950-1970, passando de -2% na década 1940-1950 para 3% entre 1950 e 1970. No entanto, na década 1970-1980, com a forte corrente de emigração ocorrida no país, a taxa conheceu uma redução drástica para o terço do seu valor anterior. Mas, desde 1980, a taxa retomou a sua ascensão, quase triplicando em duas décadas.

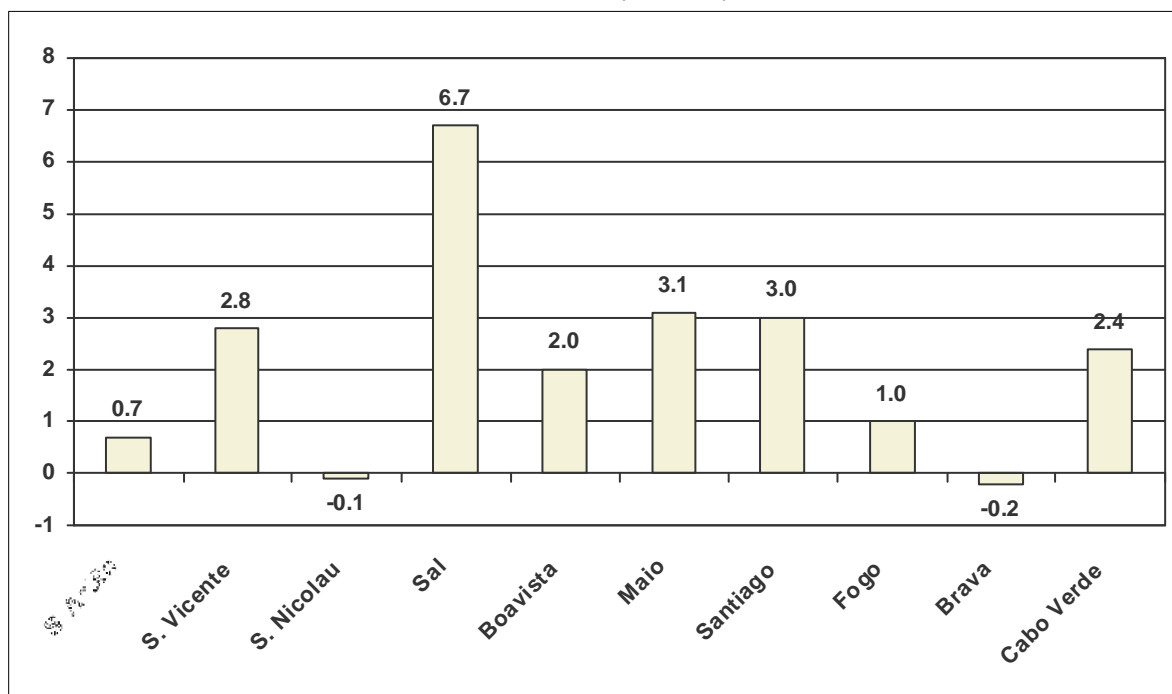
A esse ritmo e mantendo uma taxa anual de 2,4%, prevê-se uma duplicação da população cabo-verdiana em 29 anos. O maior aumento ocorrerá a nível da população em idade activa que, em 2025, será o dobro da registada em 1990.

Taxa média de crescimento anual (%) da população cabo-verdiana por período intercensitário



Fonte: INE (2000)

Taxa Média de Crescimento Anual (%) da População por Ilhas (1990-2000)



Fonte : RGPH/INE (2000)

No entanto, esse crescimento da população cabo-verdiana assumiu contornos diferentes segundo a ilha. Assim, no período 1990-2000, a ilha do Sal viu a sua população duplicar o que lhe confere a maior taxa média de crescimento de todas as ilhas. Embora relativamente importante, o crescimento demográfico das

ilhas do Maio, Santiago e São Vicente foi bem menor. As ilhas da Brava e de São Nicolau se singularizaram pelo seu crescimento negativo, o que tinha já acontecido na década passada no caso da Brava.

2.2 TENDÊNCIAS DA FECUNDIDADE

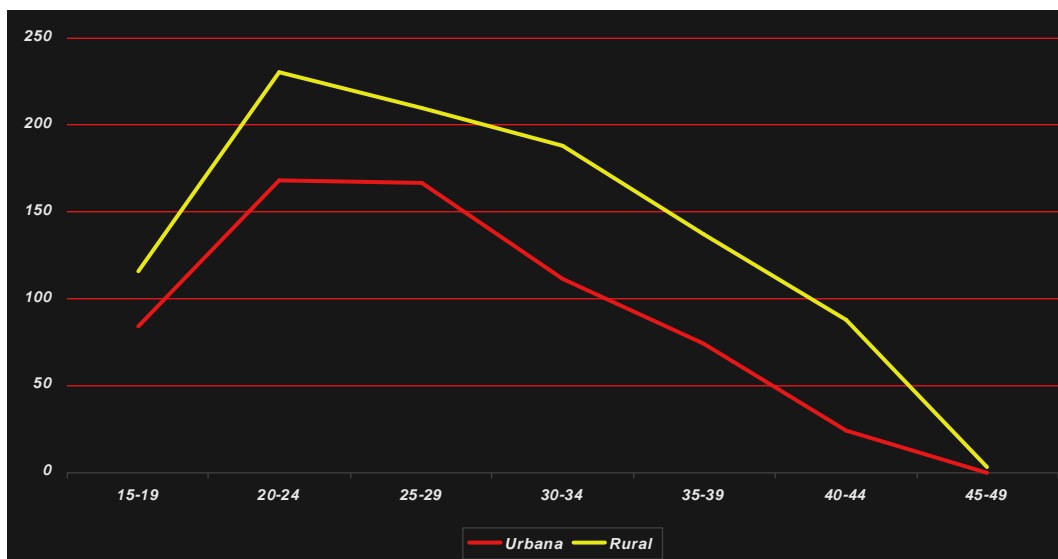
No fim dos anos 80 o número médio de crianças por mulher rondava os 6, enquanto nos finais de 90 era de 4 segundo o IDSR de 1998, variando significativamente segundo a zona de residência (3,1 em meio urbano contra 4,9 em meio rural) e o nível de instrução (6,9 para as mulheres sem instrução contra 2,2 para as com pelo menos o nível secundário).

A redução da fecundidade cabo-verdiana deve-se em grande parte à importante campanha de planeamento familiar que vem sendo realizada desde há muitos anos, que fez passar a taxa de prevalência contraceptiva para os métodos modernos de 12,3 para 32,9% entre 1988 e 1998 a nível nacional. Essa campanha parece ter tido o efeito esperado nas adolescentes na medida em que a taxa de fecundidade das menores de 18 anos baixou de cerca de 21% durante este decénio. No entanto, está ainda relativamente elevada, situando-se em 1998 a volta de 100‰ a nível nacional (84 em zona urbana e 116 em zona rural).

Além do mais, nota-se uma maior fecundidade nas mulheres da zona rural em relação às da zona urbana em todas as faixas etárias. A redução da fecundidade acompanha mais rapidamente o aumento da idade na zona urbana, o que faz com que a idade média à procriação seja menor nesta última zona (27,5 anos no período 1995-1998 contra 28,9 anos na zona rural).

Prevê-se uma continuação da redução da fecundidade nos próximos anos. Se a diminuição continuar a esse ritmo, o número médio de crianças por mulher poderá atingir os 2,7 no período 2005-2008 (3,7 na zona rural contra 1,9 na zona urbana). Contudo, prevê-se, mantendo os níveis actuais de mortalidade, um aumento significativo do número de mulheres em idade fértil (15-49 anos) que vai duplicar em 20 anos, passando de cerca de 75.000 em 1990 para 135.000 em 2010, por causa da herança da forte fecundidade passada.

Taxa de Fecundidade por Grupo Etário da mãe e zona de residência (1995-1998)



2.3 TENDÊNCIAS DA MORTALIDADE

A tendência de diminuição do nível geral de fecundidade foi precedida pela, já secular, baixa da mortalidade cuja taxa bruta passou de 6,6 para 5,0‰ nas mulheres e de 8,1 para 6,3‰ nos homens entre 1990 e 2000. Essa baixa simultânea e pronunciada desses dois fenómenos demográficos nos permite afirmar que o processo de transição demográfica está bem avançado em Cabo Verde e deverá prosseguir nos próximos anos.

Quanto à mortalidade infantil, indicador por excelência do nível sócio-sanitário dum país, conheceu uma redução maior. A sua taxa passou de 44,4 para 29,0‰ nas meninas e de 58,0 para 35,6 ‰ nos rapazes durante o mesmo período. Isso traduz um melhoramento notório das condições sócio-sanitárias existentes no país, apesar do insuficiente acesso à água potável e saneamento básico em geral, da realização de cerca de metade dos partos fora dos centros hospitalares e da redução da cobertura vacinal nos últimos anos, cuja taxa passou de 69,1 para 55,7% nas crianças menores de um ano entre 1995 e 2000.

Essa baixa dos diferentes níveis de mortalidade, nomeadamente a infantil, teve como consequência imediata o aumento da esperança de vida à nascença que passou de 70,6 para 74,9 anos nas mulheres e 64,4 para 66,5 anos nos homens entre 1990 e 2000. Esse progressivo aumento tem uma repercussão na estrutura etária da população na medida em que se vive mais tempo.

De facto, aliada à redução da fecundidade registada nos últimos decénios, levando a uma menor proporção de jovens, a proporção da população idosa (com 65 anos e mais) continua a crescer, passando de 5,8 a 6,3% entre 1990 e 2000. A médio ou longo prazo, isso poderá pôr um problema de envelhecimento da população com todos os efeitos sociais advenientes, nomeadamente uma maior dependência das pessoas idosas em relação à população activa e uma maior pressão sobre os serviços sociais básicos.

Prevê-se, no futuro, uma continuação da redução dos níveis de mortalidade a menor escala, o que poderá contribuir para uma diminuição da taxa de crescimento natural.

2.4 OS MOVIMENTOS MIGRATORIOS

No tocante à emigração, os seus fluxos diminuíram consideravelmente ao longo dos últimos decénios, passando de 4.800 emigrantes em média por ano no período 1971-1980 para 2.200 em 1981-1990. No período 1991-2000, tudo indica que o número de emigrantes tenha diminuído ainda mais visto que a taxa média de crescimento anual aumentou relativamente ao período anterior, passando de 1,5% para 2,4%, isso apesar da importante redução da fecundidade registada durante esta década (de 6 para 4 crianças/mulher em média). A emigração não parece desempenhar mais o seu tradicional papel de válvula de segurança perante a tendência de forte crescimento natural que caracterizou o país durante muito tempo.

Isso é bem visível quando se analisa as relações de masculinidade da população que aumentaram em todas as ilhas entre 1990 e 2000, passando de 89,7 a 93,9% a nível nacional, pelo facto, nomeadamente, da menor emigração tradicional dos homens e/ou da maior emigração das mulheres. De facto, durante muito tempo, o país foi marcado por uma maior emigração masculina que teve por consequência uma distorção importante na sua estrutura por sexo. Assim, enquanto que, na população com menos de 40 anos, a relação de masculinidade é de 98,7%, ela cai para 70,1% no grupo 40-64 anos.

As perspectivas futuras apontam para a continuação da diminuição deste fenómeno, sobretudo devido às restrições impostas à imigração nos países tradicionalmente de acolhimento, tais como os Estados Unidos de América e os países da Europa.

Quanto à migração interna, ela assume fundamentalmente a forma de êxodo rural direccionado para os principais pólos de desenvolvimento, nomeadamente, as cidades da Praia e do Mindelo assim como as ilhas do Sal e da Boavista, com a emergência do sector turístico e a construção hoteleira nessas duas

ilhas. Assim, durante o decénio 1990-2000, as ilhas de Santiago, São Vicente e Sal viram o seu peso populacional aumentar, principalmente por causa desta forte corrente migratória para elas direccionada. Ao mesmo tempo, a proporção da população urbana aumentou em quase todas as ilhas, passando de 45,9 para 53,3% a nível nacional.

III-3 DESAFIOS E POSSIBILIDADES FUTURAS

Segundo o último RGPH/2000, a taxa média de crescimento anual da população foi de 2,4% durante o período 1990-2000. Ora, de acordo com as conclusões do projecto NLTPS, esse ritmo de crescimento pode pôr sérios problemas de desenvolvimento ao país, provocando nomeadamente uma deterioração das condições de vida da população mais vulnerável, traduzindo-se em:

- i. Níveis elevados de pobreza ligada a uma forte concentração urbana (53,3% da população em 2000), especialmente na capital;
- ii. Degradação do ambiente (64,2% das famílias rurais cozinhavam com lenha em 2000);
- iii. Aumento da pressão sobre os recursos naturais disponíveis, insuficiente infra-estruturação (em matéria de habitação, saneamento do meio, abastecimento de água e electricidade, entre outros) e fraca capacidade de prestação de serviços básicos (tais como a educação, a saúde, etc.);
- iv. Aumento da taxa de desemprego nos centros urbanos (19,4% nos homens e 27,6% nas mulheres na ilha de São Vicente, a mais urbana do país em 2000, segundo dados do IEFP).

Esses problemas são agravados pela ausência duma política de ordenamento do território, aspecto todavia equacionado neste PND e que deverá conhecer uma evolução positiva, pois constitui um dos seus grandes objectivos.

A luta contra a pobreza, nomeadamente a erradicação da pobreza absoluta, a criação de empregos, o alívio da pressão demográfica sobre os recursos naturais, o aumento das infra-estruturas e o melhoramento do acesso aos serviços sociais básicos constituem desafios maiores de desenvolvimento nacional. A prossecução do processo de modernização em curso deverá contribuir, por um lado, para tornar a economia cabo-verdiana mais performante e, por outro, melhorar as condições de vida da população.

O principal problema de desenvolvimento identificado em Cabo Verde no domínio social é o da persistência da pobreza, nomeadamente das mulheres, num contexto de repartição espacial desequilibrada, com tendência ao seu agravamento em meio urbano, em resultado de uma forte pressão demográfica sobre os recursos disponíveis.

De facto, um desafio importante que se coloca a Cabo Verde é o da adequada articulação entre as estratégias sectoriais de desenvolvimento e as tendências pesadas da dinâmica demográfica (migração, distribuição espacial, estrutura por sexo, idade, etc.). Se no futuro a base produtiva não for alargada e aprofundada, se a população continuar a crescer (2,4%/ano entre 1990 e 2000) e se a emigração for reduzida, o desafio do desenvolvimento de Cabo Verde tornar-se-á mais difícil de superar.

Com uma população essencialmente jovem (53,6% com menos de 20 anos em 2000), dois outros desafios se colocam ao país: assegurar a educação e a formação desses jovens e a sua integração actual e futura no mercado de trabalho. Assim, a formação que será dispensada a esses jovens terá que ser fundamentalmente prática e virada para o mercado de trabalho. Mas para isso importa aprofundar o diagnóstico relativo às necessidades do mercado em termos de mão de obra.

Acresce que com a forte migração interna cujos principais pólos de atracção são os centros

urbanos, nomeadamente as cidades da Praia, do Mindelo e a ilha do Sal, uma forte pressão demográfica exerce-se sobre os recursos destas localidades, o que pode colocar graves problemas de degradação do ambiente e de acesso aos serviços sociais básicos (água, saneamento, educação, emprego, saúde, etc.). Além do mais, isso dificulta todo o processo de ordenamento do território e de planeamento que se quer realizar. De facto, tem que se prever essas deslocações no planeamento de todos os serviços sociais básicos, o que apresenta alguma exigência e complexidade.

O facto do desemprego e da pobreza afectarem mais as camadas feminina e juvenil, coloca o problema do seu acesso aos recursos económicos, à informação e à formação profissional, pelo que torna-se necessário equacionar e criar as condições favoráveis à sua inclusão social.

A redução contínua da fecundidade põe a questão da diminuição da população estudantil no ensino básico, enquanto no ensino secundário ocorre o inverso, por causa da herança da forte fecundidade passada. A curto, médio e longo prazo importa responder à necessidade de reconversão dos estabelecimentos de ensino e dos professores; mas constitui também uma oportunidade para um salto qualitativo no ensino primário, com a redução paulatina do sistema de desdobramento e tresdobramento das salas de aulas.

Finalmente a evolução demográfica em Cabo Verde confirma a correlação entre as variáveis demográficas e os níveis de instrução e educação, patente na disparidade observada em relação à fecundidade. Com efeito é notória a diferença registada (5 crianças/mulher) entre o nível médio de fecundidade das mulheres sem instrução e o das com nível secundário e mais. Donde resulta a necessidade de prosseguir com o esforço de elevação do nível de instrução e de formação social das mulheres, em particular das pertencentes aos grupos vulneráveis, por forma a contribuir indirectamente, entre outros, para a desejável redução do nível médio de fecundidade.

III-4 PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS

Evolução da população residente segundo o sexo

	População Residente					
	Total		Masculino		Feminino	
Anos	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
2000	434.624	100,0	210.233	48,4	224.391	51,6
2005	475.947	100,0	230.472	48,4	245.475	51,6
2010	523.103	100,0	253.819	48,5	269.285	51,5

Fonte: INE

População residente segundo sexo por grupos específicos de idade

Grupos etários específicos	2000		2005		2010	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Infanto Juvenil						
0-1	9.407	2,2	14.739	3,1	15.022	2,9
1-4	55.015	12,7	64.225	13,5	69.878	13,4
Educação						
4-5	24.719	5,7	22.091	4,6	26.680	5,1
6-11	78.052	18,0	68.275	14,3	72.164	13,8
12-17	68.828	15,8	77.584	16,3	69.165	13,2
Alfabetização						
15-19	49.828	11,5	61.969	13,0	62.427	11,9
15-24	86.806	20,0	109.396	23,0	122.118	23,3
15 e +	251.784	58,0	293.429	61,7	335.500	64,1
Maioridade						
18+	220.218	50,7	255.030	53,6	298.597	57,1
Fecundidade						
15-49-Total	201.582	46,4	240.775	50,6	275.024	52,6
15-49- mulheres	103.736		123.435		140.569	
Trabalho e Emprego						
10-14	63.449	14,6	63.779	13,4	54.077	10,3
10-64	288.073	66,3	328.381	69,0	362.945	69,4
15-64	224.624	51,7	264.602	55,6	308.868	59,0
População idosa						
60 e +	37.305	8,6	34.817	7,3	32.113	6,1

Fonte: INE

Repartição da população residente segundo o meio de residência

Anos	Cabo Verde		Urbano		Rural	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
2000	434.624	100,0	234.365	53,9	200.250	46,1
2005	475.947	100,0	272.450	57,2	203.947	42,8
2010	523.103	100,0	317.450	60,7	205.653	39,3

Fonte: INE

Repartição da população residente segundo concelho

Concelho	2000		2005		2010	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Cabo Verde	434.627	100	475.948	100	523.105	100
Ribeira Grande	21.594	5,0	21.818	4,6	21.970	4,2
Paúl	8.385	1,9	8.637	1,8	8.893	1,7
Porto Novo	17.191	4,0	17.980	3,8	18.832	3,6
S. Vicente	67.163	15,5	74.136	15,6	82.127	15,7
S. Nicolau	13.661	3,1	13.310	2,8	12.816	2,5
Sal	14.816	3,4	17.631	3,7	20.924	4,0
Boa Vista	4.209	1,0	5.160	1,1	6.277	1,2
Maio	6.754	1,6	7.506	1,6	8.370	1,6
Tarrafal	17.792	4,1	20.689	4,3	24.063	4,6
Santa Catarina	50.024	11,5	54.757	11,5	60.157	11,5
Santa Cruz	33.015	7,6	36.163	7,6	39.756	7,6
Praia	106.348	24,5	123.078	25,9	142.546	27,3
S. Domingos	13.320	3,1	13.838	2,9	14.385	2,8
S. Miguel	16.128	3,7	16.922	3,6	17.786	3,4
Mosteiros	9.469	2,2	9.706	2,0	9.939	1,9
São Filipe	27.952	6,4	28.155	5,9	28.248	5,4
Brava	6.804	1,6	6.462	1,4	6.016	1,2

Fonte: INE

Proporção da população urbana nos concelhos (%)

Concelho	1990	2000	2005	2010
Cabo Verde	44,1	53,92	57,30	60,69
Ribeira Grande	19,45	22,47	22,49	22,5
Paul	14,3	21,42	21,46	21,5
Porto Novo	32,72	44,77	47,39	50
São Vicente	91,87	93,79	94,74	95,7
São Nicolau	13,9	40,32	41,66	43
Sal	89,71	89,83	89,91	90
Boa Vista	44,09	48,09	49,04	50
Maio	31,66	39,64	42,32	45
Tarrafal	14,27	32,49	32,89	33,3
Santa Catarina	8,21	14,51	21,76	29
Santa Cruz	20,48	25,87	29,59	33,3
Praia	74,45	89,55	90,72	91,9
São Domingos	-	12,01	13,51	15
São Miguel	18,85	30,95	31,97	33
Fogo	16,57	22,04		
Mosteiros	-	4,07	4,28	4,5
São Filipe	-	28,19	33,99	39,8
Brava	27,1	27,38	27,39	27,4

Fonte: INE

III-5 ESTRATÉGIA

O objectivo principal da Política Nacional de População, em estreita articulação com o PND, é garantir o equilíbrio entre o crescimento demográfico e o desenvolvimento económico e social do país, traduzido numa melhoria progressiva e sustentável das condições de vida das populações.

Nesta conformidade a estratégia passa pela aplicação de um conjunto de medidas viradas para a criação das condições de base que permitam estabelecer o referido equilíbrio entre o crescimento demográfico, o processo de desenvolvimento sócio-económico do país e os recursos disponíveis.

IV- Programas e Sub – Programas do Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005

NN	Designação
	Na Opção I
1	Reforço da capacidade de gestão e do desempenho da economia nacional
1.1	Reformulação do sistema fiscal e melhoria da gestão orçamental
1.2	Modernização e Capacitação dos serviços de património, fiscalidade e inspecção e fiscalização
1.3	Desenvolvimento das estatísticas económicas
1.4	Desenvolvimento das estatísticas sociais
1.5	Promoção da qualidade e da acessibilidade das estatísticas oficiais
1.6	Promoção de ambiente institucional adequado ao desenvolvimento da actividade e da ciência estatística no País
1.7	Reforço da parceria com o sector privado
1.8	Desenvolvimento do sistema financeiro:
1.9	Relançamento do desenvolvimento do mercado de capitais
1.10	Reforço da acção do PROMEX
1.11	Mobilização de recursos da Diáspora a favor do desenvolvimento de Cabo Verde
2	Reforma e Modernização da Administração Pública
2.1	Administração e Cidadão
2.2	Reforço da capacidade inspectora e reguladora do Estado
2.3	Eficácia e eficiência do processo decisório
2.4	Política integrada de Gestão de Recursos Humanos
3	Promoção dos Direitos Humanos, da Cidadania e da Justiça
3.1	Promoção dos direitos humanos e garantia do acesso à justiça e ao direito
3.2	Reforço institucional da organização da Justiça
3.3	Reforço institucional dos recursos humanos da Justiça
3.4	Reforma e modernização do sistema prisional
3.5	Reinserção social dos reclusos
3.6	Reinserção social dos menores em conflito com a Lei
4	Descentralização e Reforço do Poder Local
4.1	Desenvolvimento institucional
4.2	Recursos humanos
4.3	Sistema financeiro e fiscal municipal
4.4	Modernização da administração municipal para o cidadão
4.5	Poder local e ordenamento do território
5	Reforma e Modernização dos Serviços de Registos, Notariado e Identificação
5.1	Reforma legislativa
5.2	Reforço institucional da organização dos serviços dos RNI
5.3	Formação e capacitação do pessoal dos RNI
6	Organização e modernização da Comunicação Social
6.1	Desenvolvimento do quadro legislativo e regulamentar do sector da comunicação social
6.2	Melhoria das condições materiais e humanas do sector da comunicação social
6.3	Modernização da área audiovisual da comunicação social
6.4	Desenvolvimento e modernização da área da imprensa escrita

NN	Designação
7	Combate à criminalidade e à droga e preservação da segurança e ordem pública
7.1	Garantia da ordem e da tranquilidade pública
7.2	Combate efectivo ao uso abusivo e ao tráfico ilícito da droga
7.3	Programa Nacional de luta contra a droga, reforço institucional
7.4	Implementação do sistema de informações da República
8	Reforma e modernização das Forças Armadas
8.1	Reforma das Forças Armadas
8.2	Implementação do serviço nacional de protecção
9	Promoção das NTCI
Na opção II	
10	Promoção/desenvolvimento do Turismo
10.1	Aumento da eficiência da administração turística
10.2	Diversificação dos produtos turísticos
10.3	Formação de Recursos Humanos para o sector
10.4	Desenvolvimento do turismo integral da Boavista e Maio
10.5	Planeamento turística
11	Consolidação e promoção do sector empresarial nacional
11.1	Assistência Técnica e Apoio Institucional à DGIE
11.2	Valorização de Recursos Naturais
11.3	Infra- estruturação e desenvolvimento de zonas industriais
11.4	Melhoramento da Produtividade e da Competitividade da indústria nacional
11.5	Implementação de um sistema de controlo de Qualidade
12	Desenvolvimento do mercado e promoção das exportações
12.1	Regulamentação e modernização do comercio interno
12.2	Integração externa e promoção das exportações
12.3	Defesa e promoção da concorrência
13	Reorganização e desenvolvimento das pescas
13.1	Reorganização e desenvolvimento das Pescas
13.2	Gestão dos recursos haliéuticas
13.3	Modernização da frota e desenvolvimento das infra-estruturas
14	Modernização do sector agrário e desenvolvimento rural
14.1	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada
14.2	Reconversão da Agricultura de Sequeiro
14.3	Desenvolvimento Agro-silvo-pastoril
14.4	Relançamento da Pecuária (melhoria da criação de ruminantes e da suinicultura intensiva)
14.5	Melhoramento do aprovisionamento em factores de produção (alimentos concentrados, produtos veterinários, reprodutores e pintos do dia)
14.6	Desenvolvimento dos sistemas de transformação e dos produtos agro-alimentares
14.7	Investigação agrária e transferência de tecnologias a nível nacional
14.8	Vigilância epidemiológica, controle sanitário e luta contra as principais doenças
14.9	Valorização dos resultados técnico-científicas através de circuitos de comunicação eficientes
14.10	Formulação e execução da política nacional de Formação de quadros de desenvolvimento rural
15	Planeamento estratégico e desenvolvimento da formação como instrumento da competitividade económica
15.1	Criação de um Sistema Integrado de Formação Profissional

NN	Designação
15.2	Criação de um Sistema Nacional de Certificação Profissional
15.3	Promoção da Formação Profissional para Sectores Estratégicos
15.4	Desenvolvimento da Formação Contínua em Parceria com Empresas
Na opção III	
16	Consolidação, modernização e expansão do sistema educativo
16.1	Expansão, promoção da equidade e melhoria do funcionamento da Educação Pré- Escolar
16.2	Melhoria da qualidade do Ensino Básico
16.3	Adequação dos recursos do Ensino Secundário às exigências do desenvolvimento
16.4	Desenvolvimento do Ensino Superior
16.5	Alfabetização e Educação de Adultos
16.6	Consolidação da Acção Social Escolar
16.7	Gestão e Sustentabilidade do Sistema
17	Edificação de estruturas e criação de um sistema nacional de avaliação do emprego e formação
17.1	Construção de Instalações Físicas de Apoio às Políticas de Emprego e Formação
17.2	Produção de Indicadores do Mercado de Emprego e Formação
18	Promoção do Desporto
18.1	Infra-Estruturas Desportivas
18.2	Formação Desportiva
18.3	Medicina Desportiva
18.4	Actualização, Enquadramento e Regulamentação da Legislação Desportiva
18.5	Integração da Educação Física e do Desporto Escolar no Sistema Desportivo Nacional
18.6	Associativismo Desportivo
19	Desenvolvimento da cultura e promoção do ambiente cultural
19.1	Investigação
19.2	Língua
19.3	Tradições orais
19.4	Património
19.5	Antropologia e Museus
19.6	Música
19.7	Artes cénicas – Dança
19.8	Teatro
19.9	Artes Plásticas
19.10	Artesanato
19.11	Audiovisual
19.12	Arquivos
19.13	Bibliotecas e livros
Na opção IV	
20	População e Desenvolvimento
20.1	População e Estratégias de Desenvolvimento
20.2	Promoção da Igualdade e Equidade do Género
21	Juventude, cidadania e desenvolvimento
21.1	Apoio ao movimento associativo e federativo juvenil
21.2	Infra-estruturas para capacitar e promover a participação da juventude

NN	Designação
21.3	Incentivo ao voluntariado juvenil (PNV)
21.4	Integração dos jovens na vida sócio- económico, cultural e profissional
21.5	Reforço institucional do sector e desenvolvimento da Comunicação
22	Promoção do emprego e fomento da Qualificação para responder as necessidades do desenvolvimento social
22.1	Promoção e Desenvolvimento de Micro-Empresas
22.2	Desenvolvimento da formação inicial para jovens desempregados e desempregados de longa duração
23	Reformar o sistema para promover a saúde
23.1	Saúde Reprodutiva e Saúde da Criança
23.2	Estruturação do Sistema de Saúde
23.3	Desenvolvimento dos recursos humanos
23.4	Vigilância integrada das doenças com potencial epidémico e luta contra as doenças não transmissíveis
24	Reforma do sistema de segurança social e melhoria das condições de trabalho
24.1	Revisão da Legislação
24.2	Adequação das Condições de Trabalho a Novo Contexto Social e Económico
25	Protecção, Inserção e Integração Social
25.1	Capacitação Institucional, organizacional e técnica do sector
25.2	Desenvolvimento de uma capacidade de Intervenção para grupos-alvo em situação de risco
25.3	Promoção e apoio às iniciativas locais e de desenvolvimento comunitário
26	Protecção dos direitos da criança
26.1	Promoção dos Direitos da Criança
26.2	Protecção especial a crianças e adolescentes em risco
26.3	Reforço da capacidade institucional dos intervenientes no Sector da Menoridade
27	Reduzir a pobreza e promover a inclusão social dos grupos desfavorecidos
27.1	Criação de uma capacidade institucional de planeamento no quadro da luta contra a pobreza
27.2	Integração dos Pobres na economia
27.3	Melhoria do acesso social dos Pobres e das Comunidades Pobres
27.4	Mobilização Social
27.5	Promoção de Actividades Alternativas às FAIMO e à Pesca
28	Garantia da segurança alimentar às populações
28.1	Garantia da disponibilidade e estabilidade alimentar nos mercados
28.2	Melhoria do acesso económico aos bens alimentares de base e aos serviços sociais de base
28.3	Melhoria dos dispositivos de prevenção e gestão de crises alimentares e reforço do quadro institucional da Segurança alimentar
28.4	Segurança sanitária e qualidade dos alimentos e a educação nutricional.
29	Ajustamento e reequacionamento da promoção habitacional
Na opção V	
30	Ordenamento do território e planeamento urbanístico
31	Protecção e conservação do Ambiente
31.1	Gestão Integrada dos Recursos Hídricos
31.2	Conservação da Natureza e da Biodiversidade
31.3	Gestão de vulnerabilidade ambiental
31.4	Monitorização dos níveis de poluição
31.5	Informação, Formação , Sensibilização
31.6	Conservação do Solo e Luta Contra Desertificação

NN	Designação
31.7	Protecção e Valorização do Litoral e das Zonas Costeiras
31.8	Reforço da Capacidade Institucional
32	Promoção e reforço do saneamento básico
32.1	Abastecimento e Distribuição de Água
32.2	Recolha e Tratamento de Águas Residuais
32.3	Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos
33	Desenvolvimento do sector energético
33.1	Reforço institucional e consolidação da administração energética
33.2	Desenvolvimento de um quadro legal e regulador do sub-sector dos combustíveis
33.3	Promoção das energias renováveis
33.4	Promoção da conservação de energia
33.5	Desenvolvimento das infra-estruturas de produção de energia e água
33.6	Expansão e modernização das redes de transporte e distribuição de energia eléctrica
34	Desenvolvimento das infra-estruturas de transportes
34.1	Desenvolvimento das infra-estruturas rodoviárias
34.2	Desenvolvimento das infra-estruturas portuárias
34.3	Desenvolvimento das infra-estruturas aeroportuárias
35	Desenvolvimento dos sistemas de transportes
35.1	Transporte rodoviário
35.2	Transportes aéreos
35.3	Transportes marítimos
36	Melhoria da gestão das infra-estruturas económicas
36.1	Melhoria da gestão portuária
36.2	Melhoria da gestão aeroportuária e aeronavegabilidade
36.3	Melhoria da gestão rodoviária
36.4	Modernização do sector de comunicações

Anexos

QUADRO DE INDICADORES : CABO VERDE

CABO VERDE	INDICADORES	ANO	FONTE
POPULAÇÃO E ECONOMIA			
População total	434.812	2000	INE, Censo 2000
População urbana (%)	53,92	2000	INE
População rural (%)	46,08	2000	INE
PIB per capita (\$US)	1.263	2000	INE/FMI/DGP
PNB per capita (\$US)	1234	2000	INE/DGP
Densidade demográfica (Hab/Km2)	53,7	2000	INE
Número de famílias	93.975	2000	INE; Censo 2000
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,715	2000	RDH 2002
Divida externa (\$US)	301.340.000	2000	BCV
Taxa de crescimento económico 1990-1997(%)	5,8	1990-1997	INE
Taxa de crescimento económico 1980-1990 (%)	5,2	1980-1990	INE
Peso da Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Pesca no PIB (%)	8	1997	INE
Peso da Indústria transformadora, Electricidade e Construção no PIB (%)	20	1997	INE
Peso dos Serviços no PIB (%)	66	1997	INE
População pobre (%)	30,2	1993	DGP/BM
Dos quais População extremamente pobre (%)	14,1	1993	DGP/BM
População Pobre (%) (dados preliminares)	29	2001	INE/IDRF
Taxa de desemprego (%)	17,3	2000	INE
Índice de Vulnerabilidade Económica (EVI)	57	2000	CNUCED
Taxa de inflação (IPC) (%)	3,7	2001	INE
Taxa de câmbio nominal (\$SUS/ECV)	115,88	2000	BCV
Taxa de crescimento da população (1990-2000) (%)	2,43		INE
Densidade telefónica por 100 habitantes	14,2		RAFE/CTT
EDUCAÇÃO			
Taxa de escolarização da população (4 e mais anos) (%)	38	2000	INE, Censo 2000
- Homens (percentagem)	39		
- Mulheres (percentagem)	37		
Taxa de analfabetismo (%)	25,2	2000	INE, Censo 2000
População que nunca frequentou um estabelecimento de ensino (%)	17%	2000	INE
- Homens (percentagem)	35		
- Mulheres (percentagem)	65		
Taxa bruta de escolarização no EBI (TBE)	111,4	2000	INE
Taxa líquida de escolarização (TLE) (%)			
- no Ensino Básico (6 anos de escolaridade)	83,2	2000	INE
- no Ensino Secundário (5/6 anos de escolaridade)	54	2000	MED
Taxas de inscritos do sexo feminino (%)			

- Pré-primário	50,7		MED
- Ensino Básico	48,9		MED
- Ensino Secundário	51		MED
Rácio de computadores por habitante	0,015	2001	RAFE

SAÚDE

Taxa bruta de natalidade (por 1000)	29,3	2000	INE; Censo 2000
Índice sintético de fecundidade (ISF)	4,03	1995-98	INE, IDSR 1998
Taxa Bruta de Reprodução (TBR)	1,96	2000	INE
Taxa de mortalidade infantil (por 1.000)	33,4	2000	MS/INE
Esperança de vida (anos)	70,8	2000	INE, Censo 2000
Rácio médico/habitante	1/2441	2000	MS/
Rácio enfermeiro/habitante	1/1435	2000	MS/
Habitantes/cama	632		INE/MS

CONDIÇÕES DE VIDA

Acesso à água potável (%)	76,7	2000	INE, Censo 2000
Taxa de cobertura da rede de distribuição de água potável (%)	25	2000	INE, Censo 2000
População sem condições sanitárias (%)	54,5	2000	INE; Censo 2000
População sem forma de evacuação de águas residuais (%)	72,7	2000	INE; Censo 2000
Percentagem da população ligada à rede de esgotos	9,7	2000	INE, Censo 2000
População com iluminação doméstica (%)	50	2000	INE, Censo 2000
População utilizando a lenha para cozinha (%)	32,9	2000	INE, Censo 2000
População utilizando o gás para cozinha (%)	65,6	2000	INE, Censo 2000
Disponibilidade de calorias KCAL/Hab/dia 1998 DSSA	3338,6	2000	DSSA
Nível de conforto da população (%)		2000	INE
. Muito baixo	46,3		
. Baixo	17,6		
. Médio	15,1		
. Alto	16,9		
. Muito alto	4		

Cabo Verde - Evolução de alguns agregados

